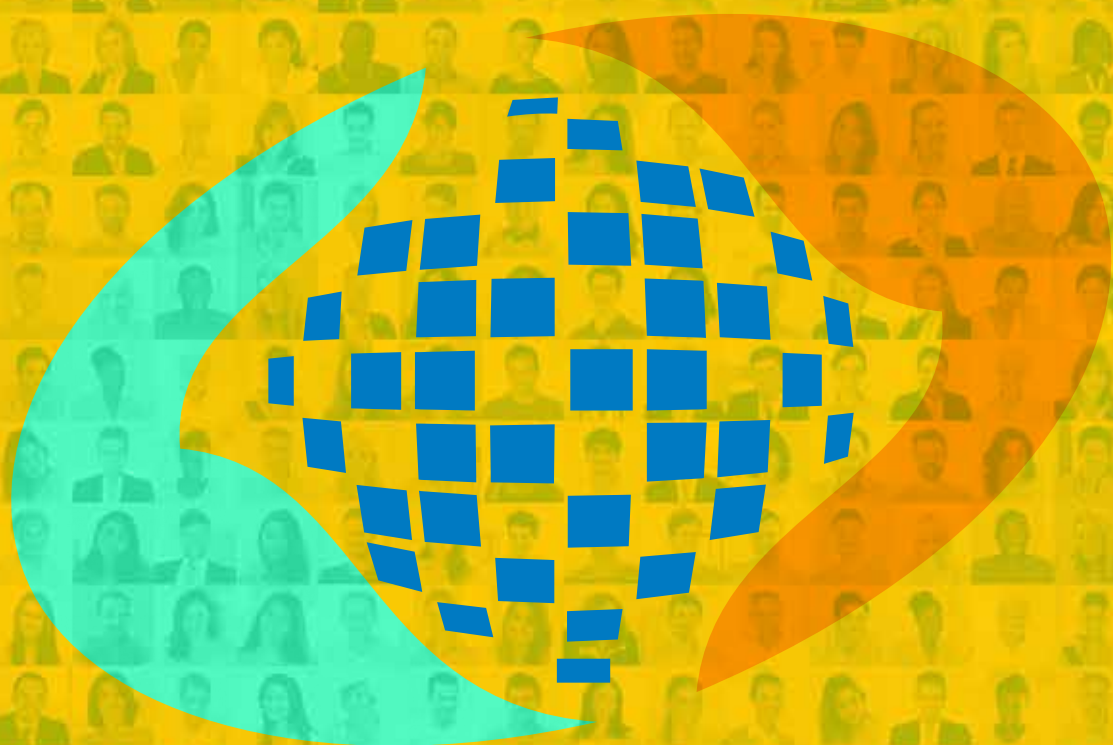


Gestão Pública

Ano XXV / T II / R\$ 14,80 / Nº 139 / Dezembro de 2019

& Desenvolvimento



PREVIDÊNCIA SOCIAL REFORMADA. E AGORA?

**Entenda as principais mudanças
com a aprovação da reforma**



ENTREVISTA
GASTÃO WAGNER

LEGISLATIVO

Congresso Nacional aprova
marco regulatório mais
moderno para o franchising

JUSTIÇA

Servidores da
Funai enfrentam
burocracia para viajar

Uma leitura das ações políticas e governamentais sob a ótica da sociedade



Gestão Pública

GOVERNO  SOCIEDADE & Desenvolvimento

O cidadão elege os parlamentares e governantes.
A sociedade financia o serviço público e o desenvolvimento do país



Gestão Pública

GOVERNO • SOCIEDADE & Desenvolvimento

Fundadores

Francisco Alves de Amorim
João Batista Cascudo Rodrigues (In Memoriam)

Conselho Editorial

Francisco Alves de Amorim – Presidente
Ricardo Wahrendor Caldas – Professor – UnB
João Bezerra Magalhães Neto – Administrador
José Osmar Monte Rocha – Professor
universitário e Auditor/MF (Aposentado)

Diretor de Comunicação e Distribuição

Geilson Barros Coelho

Diretora Administrativa

Mirielle Fideles Alves Coelho

Diretor Nacional de Comunicação

Dantas Filho

Departamento Jurídico

Ramiro Laterça de Almeida

Relações Institucionais

Eraldo Pinheiro de Andrade

Editor-Chefe

Guilherme Vicente

Jornalistas

Bárbara Mattar, Guilherme Vicente, Wallinson Lenadro

Editor de arte/Diagramação

Elton Mark

Colaboradores/articulas

Carlos Cardoso de Oliveira Júnior, Hulda Rode,
Marcelo Gomes, Roseann Kennedy

Revisão

Ana Seidl

Editor de Fotografia

Luiz Antônio

Atendimento e Redação

revistagestaopublica@uol.com.br

Publicação: Mensal

Circulação: Nacional

Brasília

SCLN 104 – Bloco D – Sala 104 – 70.733-540 – Brasília-DF
Telefax.: 55.61. 32016018 – 9972 6018
Site: www.revistagestaopublica.com.br

Sucursal São Paulo

Diretor: Cristovan Grazina (licenciado)
Diretor comercial: Nilton Zanca
Diretor Região Norte: Edson Oliveira
Secretário-Executivo: Luiz Alberto Corrêa
Rua Anhanguera 697 – Barra Funda – SP
CEP: 01.135.000

Representantes

Belo Horizonte/MG – Márcio Lima -Tel.: 319986-4986
Rio de Janeiro/RJ – Rizio Barbosa – Tel.: 21 2222-2414
Natal/RN – Tania Mendes -Tel.: 84 9991 1111
Salvador/BA – Eliezer Varjão – Tel.: 71 91650547

ISSN 0103-7323

Registrado no 1º. Ofício de Registro Cível das
Pessoas Naturais e Jurídicas – Brasília- DF

As matérias assinadas são de responsabilidade dos
autores. São reservados os direitos inclusive os de
tradução. É permitida a citação das matérias, desde
que identificada a fonte.

CARTA AO LEITOR

Reformas são sempre necessárias com o passar dos anos. Tudo precisa de manutenção. Uma casa, um escritório, a rua da quadra em que moramos.

Na administração pública não é diferente, novas práticas precisam ser adotadas quase que diariamente. Modelos de gestão passam por processos de aprimoramento, ou ainda, são substituídos para atender uma determinada demanda ou realidade.

Nesta edição de **Gestão Pública & Desenvolvimento** vamos falar das reformas em andamento no país, propostas pelo Governo Federal, como a Reforma da Previdência, já votada e aprovada em dois turnos pela Câmara e Senado Federal. O que muda para os futuros aposentados e pensionistas? Como e quando terão direito de usufruir desses benefícios? Qual o impacto econômico dessas alterações no sistema?

Vamos falar também sobre o aumento da mortalidade no Brasil, em uma entrevista com o médico Gastão Wagner de Souza Campos, doutor em saúde pública e ex-presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco). De acordo com o especialista, a redução na expectativa de vida nos últimos cinco anos, é consequência do teto de gastos públicos, que limitou os investimentos no Sistema Único de Saúde (SUS).

Ainda nesta edição vamos discutir o apadrinhamento político de cargos diretivos e de conselheiro fiscal nas empresas estatais e nas sociedades de economia mista. Apesar de ser uma prática corriqueira, é vedada pela Lei 13.303/2016, criada para proteger as organizações de interesses político-partidários. Você vai conferir também o novo marco legal do *franchising*. O setor foi responsável, em 2018, por gerar 1,34 milhão de postos de trabalho e movimentar cerca de R\$ 174,8 Bilhões.

Boa leitura!

Guilherme Vicente, Editor Chefe



FILIADO



PARCEIRO INSTITUCIONAL



Colaboração:

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO



NESTA EDIÇÃO



MATÉRIA DE CAPA

I6 PREVIDÊNCIA SOCIAL REFORMADA. E AGORA?

Entenda as principais
mudanças com à
aprovação da reforma



6 ENTREVISTA GASTÃO WAGNER

SEÇÕES

14 **ESPLANADA EM FOCO**

60 **ENTREVISTA**
FLÁVIO DINO

64 **POLÍTICA E PODER**

68 **PRÊMIOS E PUBLICAÇÕES**

ARTIGOS

54 **ELTON DUARTE BATALHA**
Um país de Coringas

58 **WALBER ALMEIDA XAVIER**
Controle Patrimonial: aliado
dos gestores e do fisco

65 **GILSON ALBERTO NOVAES**
Cheiro de "Porva" no ar

69 **MAURÍCIO LOBODA FRONZAGLIA**
Os gritos e os fatos

CADERNO CONGRESSO

28 VOTAÇÃO

Congresso Nacional aprova
marco regulatório mais
moderno para o *franchising*



GESTÃO PÚBLICA E CARREIRA

32 JUSTIÇA

Servidores da Funai enfrentam
burocracia para viajar

38 AUDITORIA

Conselhos fiscais das
estatais não podem ter
indicações políticas

GOVERNO E SOCIEDADE

40 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

O todo-poderoso Nabhan

50 SAÚDE

Ei homens, precisamos falar
sobre a saúde de vocês!

56 SEGURANÇA

Como a Lei Geral de Proteção de
Dados vai impactar o mercado?

AGENDA BRASÍLIA

66 EDUCAÇÃO

GDF recupera R\$ 42 milhões
para construir 15 creches





Aumento de mortalidade no país está diretamente ligado a corte de verbas no SUS

Para o médico Gastão Wagner, doutor em saúde pública e ex-presidente da Abrasco, a redução de expectativa de vida nos últimos cinco anos é consequência do teto de gastos públicos

● **Marina Amaral**

Agência Brasil

Quando as bases do Sistema Único de Saúde (SUS) foram lançadas, em 1986, na 8a Conferência Nacional de Saúde, o dr. Gastão Wagner de Sousa Campos concluía o mestrado em medicina preventiva. O título de sua dissertação – “Os médicos e a política de saúde: entre a estatização e o empresariamento dos serviços de saúde” – coincide com o caminho profissional que traçaria a partir dali; sua tese de doutorado foi defendida um ano depois da criação do SUS, regulamentado em 1990, dois anos depois da Constituição cidadã. Desde então, o dr. Gastão acumula os afazeres de médico e professor da Unicamp com a militância pela saúde pública. Presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) até o ano passado, ele continua a lutar pela permanência do SUS, que, apesar de

sofrer com a falta de recursos desde a fundação, é responsável por uma das maiores coberturas públicas de saúde no mundo.

“Se a sociedade brasileira não pelejar pelo SUS no cotidiano, quando for votar e escolher quem é a favor do SUS, se os profissionais não defenderem o SUS, ele fica muito mais ameaçado. Nos estudos que os políticos e sociólogos fazem – por exemplo, do sistema inglês, bem mais velho que o nosso, tem 90 anos já –, quem fez a defesa principal do SUS inglês foram os profissionais, os trabalhadores da saúde, que buscam apoio na sociedade e encontram. Se deixar por conta dos governantes, aí eu sou pessimista”, diz quando indagado sobre o futuro do sistema de saúde que atende 160 milhões de brasileiros e universalizou as vacinas e o tratamento contra a aids e contra alguns tipos de câncer.

Leia a entrevista feita e descubra por que o aumento da mortalidade de adultos nos últimos cinco anos e o da

mortalidade infantil nos últimos três estão diretamente ligados à queda de recursos para o SUS, o que tende a se agravar neste governo, com as medidas propostas pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.

Observação: a entrevista foi feita antes das medidas anunciadas pelo governo Bolsonaro.

Qual a atual situação do SUS e que impactos as medidas de Paulo Guedes podem ter sobre a saúde?

GASTÃO WAGNER – Ao longo dos seus 32 anos, o SUS sempre foi subfinanciado, ou seja, já havia recursos insuficientes para o tamanho da necessidade de saúde da população, da extensão da cobertura do SUS. Mas isso se agravou, principalmente a partir da aprovação da emenda constitucional do teto de gastos, porque há mais ou menos cinco anos o orçamento federal para saúde, para o SUS, não repõe





nem o valor da inflação, e aí ficamos com o fixo em torno de 210, 216, 220 bilhões [de reais], o que, na prática, é uma redução do gasto em saúde. Isso, evidentemente, tem consequências; a gente já tem investigação epidemiológica indicando o aumento da mortalidade de adultos nesses cinco anos, inclusive com artigos publicados em revistas internacionais da área de saúde. Por quê? O SUS reduziu a capacidade de compra de insulina para diabetes, de remédio para hipertensão. E as pessoas que dependem do SUS, que são 70% da população brasileira, têm aumentado o risco de internação, de agravamento dessas enfermidades crônicas e de morte. A gente já tem objetivamente a diminuição da expectativa de vida de adultos. E já tinha uma análise dos últimos três anos mostrando o aumento da mortalidade infantil depois de 25 anos de queda rápida. A gente tem uma inversão da curva na mortalidade das faixas menor de 1 ano e, também, menor de 5 anos. Então, o problema do financiamento é muito grave, é concreto. E o objetivo do ministro Paulo Guedes é diminuir ainda mais o gasto em saúde e educação. Ele teve que retirar da proposta que o Ministério da Economia mandou ao Congresso a inclusão do gasto com aposentadorias de trabalhadores, de profissionais da saúde, no gasto obrigatório [com saúde], porque os presidentes da Câmara Federal e do Senado avisaram que não iriam apoiar. Isso reduziria em torno de 18% a 20% do gasto, que já é insuficiente. Mas eles insistem na proposta de desindexação do gasto municipal com saúde e educação, o que também vai ser um desastre; o volume

“ Há um movimento geral de desconstrução de políticas públicas. A ideia é que cada um que se vire no mercado. Isso é uma tragédia anunciada num país muito desigual, e o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo. ”

de investimentos no SUS vai ficar ao arbítrio de cada prefeito e de cada governador. Porque o previsto é que, nesse mínimo de 15% do orçamento que eles são obrigados a gastar em saúde, não pode entrar o pagamento de funcionários aposentados, coleta de lixo, apesar de tudo isso indiretamente ter a ver com a saúde. São 15% estritamente no SUS, na atenção à saúde, preventiva e assistencial. E os estados são obrigados a gastar 10% do orçamento estadual. E é isso que o ministro da Economia, com essa ideia de redução a qualquer custo dos gastos públicos, à custa da vida das pessoas, quer mudar. O problema para ele – e a solução para nós – é que ele precisa de emenda para mudar a Constituição, dois terços de aprovação no Congresso, o que é bem mais difícil.

Você acha que está em curso uma campanha contra a saúde pública, a favor da privatização, em que se diz que o SUS é um elefante branco, que não funciona...

GASTÃO WAGNER – Há um movimento geral de desconstrução de políticas públicas. A ideia é que cada um que se vire no mercado. Isso é uma tragédia anunciada num país muito desigual, e o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo. O SUS tem tido uma capacidade de resistência maior, apesar de todos os problemas que tem, do que outras políticas públicas. As universidades públicas, a política de ciência e tecnologia têm sido muito mais atacadas proporcionalmente do que a área da saúde. É que a desconstrução do SUS produz o que a gente chama de barbárie sanitária: num tempo muito curto, muita gente morre. Toda a vacinação do Brasil, 80% do tratamento de câncer das pessoas são através do SUS. Então reduzir isso, politicamente, é muito delicado.

A gente vê reportagens mostrando as filas dos hospitais, a dificuldade de fazer exames e cirurgias. Isso não leva os brasileiros a acreditar que o SUS é um sistema que não funciona?

GASTÃO WAGNER – Eu acho que é um paradoxo: a força do SUS é a sua existência e a debilidade do SUS são os vazios assistenciais, a burocracia, a desigualdade: numa cidade tem fila para tal tipo de câncer, em outra cidade tem outra, em outra região não tem acesso ao tratamento de câncer. O SUS é muito heterogêneo e tem muitos problemas. O

“comparar o SUS a sistemas públicos de saúde de outros países é difícil. Tem 160 milhões de pessoas que só usam o SUS no Brasil. É muita coisa, é maior que a população da Inglaterra



necessário seria investir para corrigir essas falhas, mas estamos agravando esses problemas. Só que é uma desconstrução lenta, sabe? Os políticos municipais, federais e estaduais não têm muita coragem de viver com isso de fechar hospital; eles fazem de forma estratégica, usando meios que dificultam a compreensão da população, como essa proposta do ministro da Economia. E todo esse radicalismo liberal contra política pública, servidor público, contra universidade, está atingindo o SUS. E aí vira só resistência, a política pública não consegue avançar, se renovar. Então, o SUS tem essa situação ambígua. As

pessoas se queixam muito, mas não querem que retirem o que já têm.

Comparado a outros países que têm sistemas de saúde privados, como se sai um serviço público como o SUS? É de fato ineficiente? Como é em relação a países como a Inglaterra, que tem sistemas públicos também?

GASTÃO WAGNER – Na comparação, os países com os sistemas privados de saúde predominantes, como os Estados Unidos, perdem: são caros, têm menor produtividade. Ao contrário de outras áreas

– na telefonia, por exemplo –, o mercado produz mais barato e com mais produtividade; na saúde e educação, já há pesquisas indicando que não é assim. Os sistemas públicos gastam melhor e têm uma cobertura maior, uma inclusão maior, um acesso maior a medicamentos, vacinas. E comparar o SUS a sistemas públicos de saúde de outros países é difícil. Tem 160 milhões de pessoas que só usam o SUS no Brasil. É muita coisa, é maior que a população da Inglaterra. Na Inglaterra, 96% das pessoas – ou em Portugal, 98% dos portugueses – usam o sistema nacional de saúde, o SUS deles.



No Brasil, regularmente é 60% a 70% que usam o SUS, mas, como a gente tem pouco recurso, a nossa cobertura é menor e é muito heterogênea. Nas cidades do Nordeste, o acesso ao SUS é pior do que aqui no SUS do Sudeste. Se no SUS do Sudeste você pegar uma cidade como São Paulo, os centros e os bairros intermediários têm um acesso muito melhor do que as pontas, do que as periferias, onde moram 40% da população de São Paulo, onde moram 40% da população de Campinas. O SUS é um sistema público que devia se voltar aos mais carentes e vulneráveis, mas isso acontece muito lentamente. Eu estava vendo essas estatísticas da mortalidade por câncer no Brasil: quanto mais pobre, maior a mortalidade; quanto menor a renda, maior a mortalidade por câncer. É assim.

E isso é por falta de acesso a medicamento, a terapia, a cirurgia? Qual é o nó?

GASTÃO WAGNER – Falta de acesso à atenção em saúde. Quem tem acesso? O SUS garante a quimioterapia, garante medicamentos, não têm faltado. Mas, se a pessoa é pobre, ela vai no posto de saúde na periferia, e a equipe lá, o médico, a enfermeira, desconfia de câncer de mama: o acesso à mamografia é difícil, desorganizado, não dá para você sair com a consulta marcada como deveria ser. A expansão do SUS não se dá conforme a vulnerabilidade da população; se dá conforme a capacidade de pressão política. A gente tem concentração de hospitais em algumas cidades e, dentro das cidades, em algumas regiões. Na parte preventiva, o SUS universalizou

“ Se não tem o Mais Médicos, tem que ter uma política de garantir o funcionamento, a expansão, o acesso e a qualidade da atenção primária à saúde, essa rede de saúde – postinhos, unidades básicas de saúde, onde se faz vacina, onde se cuida de diabetes, hipertensão, pré-natal e o cuidado das crianças”

algumas coisas, independentemente da renda, da classe social. Vacinas, por exemplo, o SUS universalizou e democratizou: a cobertura de vacinas é alta, e hoje em dia são os setores da classe média e da classe alta que estão se recusando a tomar a vacina. Agora, há 30 milhões de pessoas no Brasil que não têm a água tratada até hoje, 50% da população sem saneamento – esgoto a céu aberto –, e não é só na zona rural, nas cidades também, em ocupações, favelas. Então, acaba tendo diferença na prevenção também. Essa desigualdade econômica, social, cultural, política interfere. Outra área que é preventiva e é assistencial ao mesmo tempo e que o SUS universalizou: as

políticas em relação à aids. A gente não vê diferença de mortalidade de pessoas que vivem com aids entre as que têm renda baixa e a população de classe média ou com maior poder de renda. Porque o SUS foi atrás de acesso, do diagnóstico e tratamento e orientação de prevenção, quase que universal. Em relação ao câncer, isso já não acontece, embora alguns quase tenham se universalizado, como o câncer de útero, de colo de útero, que depende do tratamento de prevenção, de fazer papanicolau. E poderia se universalizar porque a gente briga no SUS para as enfermeiras poderem fazer também, mas os médicos não querem. Mesmo os médicos proibindo, as enfermeiras fazem, e assim cerca de 70% ou 80% das mulheres brasileiras fazem papanicolau. E a gente tem uma queda em todo o Brasil, mais acentuada em algumas regiões, que tem levado quase ao desaparecimento de câncer de útero através da prevenção e do tratamento logo no comecinho. O câncer, quanto mais cedo tratar melhor, então precisa universalizar o acesso. A desigualdade prejudica na área preventiva e na área assistencial.

Os médicos brasileiros lutam por seus privilégios. Muitos deles, por exemplo, foram contra os médicos cubanos, e agora a gente vê que o governo não conseguiu preencher todas as vagas. Que impacto tem isso na saúde pública?

GASTÃO WAGNER – Se não tem o Mais Médicos, tem que ter uma política de garantir o funcionamento, a expansão, o acesso e a qualidade da atenção primária à saúde, essa rede de saúde – postinhos, unidades básicas

de saúde, onde se faz vacina, onde se cuida de diabetes, hipertensão, pré-natal, o cuidado das crianças, enfim. Vários problemas de saúde hoje em dia, no mundo inteiro, se resolvem na atenção primária. E temos dificuldades em colocar médicos na atenção primária, os médicos brasileiros querem ser especialistas, trabalhar em hospitais. E o ministério, o SUS, nunca desenvolveu uma política de atenção adequada. Mesmo com o Mais Médicos, a gente tinha uma cobertura de somente 55% da população. A cobertura recomendada para acompanhamento e atenção primária é de 80% da população. Agora caiu para cerca de 40%, e, com os cortes orçamentários do governo federal e a crise orçamentária das prefeituras – quem contrata atenção primária é principalmente a prefeitura –, há uma grave diminuição do atendimento em todo lugar. Na cidade do Rio de Janeiro, o prefeito está fechando unidades básicas de saúde, demitindo médicos e enfermeiros, uma crise na cobertura de atenção primária, que tinha avançado e está recuando. Isso também explica esse aumento de mortalidade de crianças abaixo de 5 anos, abaixo de 1 ano e de adultos com doenças crônicas.

Alguns dados apontam também para um aumento de mortalidade materna. O senhor tem alguma notícia sobre isso?

GASTÃO WAGNER – Então, a mortalidade materna está caindo devagar, e já estava caindo devagar antes. Ou seja, não se avançou. A mortalidade infantil caiu rapidamente, mas a mortalidade neonatal, que é o primeiro mês de vida, também



cai muito devagar no Brasil. Tanto a mortalidade de crianças de até 1 mês quanto a de mulheres no parto e pós-parto são altas porque estão ligadas ao atendimento hospitalar, onde o SUS tem um impacto menor. Os hospitais não seguem muito as normas do SUS, principalmente pelo corporativismo médico. Aí cada um faz o que quer, do jeito que quer e entende. E, apesar de 80% das mulheres no Brasil fazerem o pré-natal regularmente com mais de sete atendimentos durante os nove meses de gravidez, o que é o mínimo necessário, o parto e a assistência ao parto são muito ruins no Brasil, e a gente tem esse problema que é a epidemia de cesarianas.

“Na cidade do Rio de Janeiro, o prefeito está fechando unidades básicas de saúde, demitindo médicos e enfermeiros, uma crise na cobertura de atenção primária, que tinha avançado e está recuando”



Divulgação



E isso está diretamente ligado à mortalidade materna? A cesariana é mesmo mais perigosa para a mãe?

GASTÃO WAGNER – O risco de se fazer uma cirurgia de anestesia geral, de ter infecção hospitalar é muito maior. Por incrível que pareça, se você pegar por classe social, a mortalidade materna é tão alta entre os ricos da classe média alta quanto entre a população mais pobre, porque no setor privado 96% dos partos são cesarianas, no SUS é 46% – e ainda é muito alto. A recomendação mundial da OMS é de no máximo 20%. Ou seja, há uma mistura de mercado com dificuldades de atendimento

no parto normal – a mortalidade é menor, mas não é simples. Apesar de o SUS pagar, os médicos não fazem analgesia em quem é negra e pobre – e eu estou falando em bases estatísticas que mostram que eles se recusam muito mais a fazer analgesia em mulheres negras do que em mulheres brancas.

Eles se recusam a fazer analgesia nas mulheres negras?

GASTÃO WAGNER – Tem uma pesquisa da Fiocruz, “Nascer no Brasil”, com dados que indicam isso, sim. O que falei sobre o aumento da mortalidade adulta no Brasil nos últimos cinco anos está em um

“A mortalidade materna é tão alta entre os ricos da classe média alta quanto entre a população mais pobre, porque no setor privado 96% dos partos são cesarianas, no SUS é 46% – e ainda é muito alto”

artigo que saiu em novembro agora no Lancet. São vários autores, mas o autor brasileiro mais conhecido é Maurício Barreto. E há um ano e meio foi publicado um artigo sobre mortalidade infantil que mostrou o efeito positivo da expansão da estratégia de saúde da família de atenção primária e do Bolsa Família.

Os efeitos são assim rápidos, então? Quando há queda de renda, aumento do desemprego, quanto tempo demora para a gente perceber isso na saúde pública?

GASTÃO WAGNER – É o que eu estou te falando: o efeito é bem rápido. Pode piorar em cinco, mesmo em três anos. Quando tem uma crise no crescimento econômico com repercussão social, aumento do desemprego, diminuição do salário mínimo real, da capacidade de compra das pessoas, é muito rápido o aumento da morte de idosos e de crianças. Essa história de que o crescimento da economia por si só garante o bem-estar, de que é necessário a economia crescer para se ter política pública como a do SUS, salário desemprego, Bolsa Família, é falsa. O crescimento do mercado tende a concentrar renda se não houver a política pública que impõe limites através de impostos e do redirecionamento dos gastos. Precisa ter um Estado democrático, aberto e transparente, porque, se tiver corrupção, politicagem e apadrinhamento, as políticas públicas entram no orçamento, mas não têm efetividade. Temos que garantir uma gestão do governo adequada. Tudo depende de política. O governo brasileiro atual e grande parte da imprensa dizem

“Essa história de que o crescimento da economia por si só garante o bem-estar, de que é necessário a economia crescer para se ter política pública como a do SUS, salário desemprego, Bolsa Família, é falsa”

que, se houver crescimento econômico, será tudo resolvido, transporte público, habitação. Mas não é assim.

Como o aumento da violência aparece nos dados de mortalidade?

GASTÃO WAGNER – A mortalidade por violência no Brasil vem crescendo, e 90% dessa mortalidade tem duas razões: a violência urbana – assassinatos ligados ao narcotráfico, milícias, conflitos de gangues e com a polícia, que atinge principalmente os jovens negros – e a outra causa importante é o trânsito. A gente tem de 66 [mil] a 74 mil mortes por assassinato por ano e cerca de 40 mil mortes por ano pelo trânsito. Agora, além da mortalidade, imagina o número de pessoas que precisam de cirurgia, de reabilitação, de próteses, que sobrevivem às tentativas de assassinato, aos acidentes de moto. Isso é muito maior do que o número de mortos, e mais de 90%

[são] tratados no SUS. Porque terapia intensiva, cirurgia, neurocirurgia, cirurgia ortopédica, traumatologia grave, tudo isso começa pelo SUS. E quem tem convênio sai depois para continuar o tratamento.

Uma última pergunta só para fechar. O SUS tem salvação? O senhor acha que é possível a gente manter esse sistema público de saúde e num funcionamento mais eficiente? É uma questão de vontade política, uma questão de orçamento...

GASTÃO WAGNER – Estamos nisso, em garantir a sobrevivência do SUS. Se vai sobreviver ou não, só Deus sabe. Mas há muitas possibilidades e a necessidade do país também é muito grande. Parece que a sobrevivência do SUS – eu queria chamar atenção para isso – depende muito do governo. E depende do governo, do orçamento público, do Estado brasileiro, das leis. Mas depende muito, talvez até mais, da população e da sociedade e, particularmente dentro da sociedade, dos profissionais de saúde. Se a sociedade brasileira não pelejar pelo SUS no cotidiano, quando for votar e escolher quem é a favor do SUS, se os profissionais não defenderem o SUS, ele fica muito mais ameaçado. Nos estudos que os políticos e sociólogos fazem – por exemplo, do sistema inglês, bem mais velho que o nosso, tem 90 anos já –, quem fez a defesa principal do SUS inglês foram os profissionais, os trabalhadores da saúde, que buscam apoio na sociedade e encontram. Se deixar por conta dos governantes, aí eu sou pessimista. ●



ESPLANADA EM FOCO

Jéssica Pizza/Folha Press



“O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, fica nos cobrando o tempo todo, e a gente quer encaminhar isso o mais rápido possível”

Paulo Guedes, ministro da Economia, sobre andamento da Reforma Administrativa, que prevê a redução no número de municípios.

Divulgação



“O canal está sendo formatados entre os ministérios da Educação e dos Direitos Humanos. Vai ser anunciado em breve. O que queremos é somente o cumprimento da lei. O Brasil é Signatário do Pacto de São José da Costa Rica. Lá está dizendo que a escola não pode ensinar nada que atente contra a moral, a religião e a ética da família.”

Damares Alves, ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, sobre a criação de um canal para denunciar professores que atentem contra a “moral”



“Todos os países, onde quer que eu vá, essa posição sobre Defesa é colocada na mesa. O Brasil foi esquecido nesta área por 30 anos, desde o governo Fernando Henrique Cardoso a questão de defesa foi deixada em segundo plano. Por quê? Porque nós, das Forças Armadas, fomos um grande obstáculo ao socialismo, por isso buscavam quebrar nossa espinha dorsal, nos tornar inoperantes. E o Brasil e seus militares sobreviveram graças à sua vontade de viver e a seu patriotismo”

Jair Bolsonaro, presidente da República, durante encontro oficial com o xeque Khalifa bin Tahnoun Al Nahyan em Abu Dhabi

Antonio Cruz/ Agência Brasil

Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil



● CAMPANHA NACIONAL DE VACINAÇÃO CONTRA O SARAMPO

Governo Federal mira população jovem, com idade entre 20 e 29 anos, na segunda fase da Campanha Nacional de Vacinação contra o Sarampo. O Brasil tem hoje cerca de 9,4 milhões de pessoas nessa faixa etária, pouco mais da meta da campanha – 9 milhões de imunizações – que recebeu um aporte de R\$ 7 milhões só nesta fase. “Nesta idade, os jovens não costumam ir aos postos de saúde, pois geralmente não ficam doentes. Esse é um ponto importante: precisamos ter uma estratégia diferente com essa população”, disse o ministro interino da Saúde, João Gabbardo.

José Cruz/Agência Brasil



● COMBATE AO DESMATAMENTO

Após a divulgação de dados do Inpe que apontam um crescimento de 30% no desmatamento na Amazônia, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, afirmou que o Governo Federal vai traçar estratégias para conter a degradação da floresta. “Mais importante do que estabelecer metas numéricas é estabelecer uma estratégia. Isso vai fazer total diferença nas ações de combate ao desmatamento ilegal”, disse Salles.

Antonio Cruz/Agência Brasil



● CASO MARIELLE

O ministro da Justiça e da Segurança Pública, Sérgio Moro saiu em defesa do presidente Jair Bolsonaro, no episódio em que o nome do chefe do executivo é envolvido no assassinato da vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco. Moro classificou o episódio como um “disparate” e defendeu a federalização das investigações para solucionar o caso. Questionado sobre a suspeição da pasta. “É uma avaliação objetiva, que para esse caso, é colocar a PF com expertise e reputação. Não é ministro que investiga nem diretor da PF. O que vai ter é um grupo de federais, com o Ministério Público Federal, e podem contar com apoio das autoridades federais para realizar uma investigação técnica e isenta”, afirmou Moro.



Previdência Social reformada. E agora?

Entenda as principais mudanças com a aprovação da reforma







● Por Guilherme Vicente

Após oito meses de tramitação no Congresso Nacional, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que reforma a Previdência Social foi aprovada em segundo turno pelo Senado, no último dia 23. No entanto, uma PEC paralela a esta, com modificações sugeridas pelos próprios parlamentares começa a ser analisada pela casa antes de ir à Câmara para apreciação dos deputados.

O fatiamento aconteceu para evitar a devolução do texto original inteiro para a Câmara Federal, que já o votou, também, em dois turnos.

A economia tão sonhada pelo Ministério da Economia com a aprovação da reforma não veio, pelo menos não ainda. A proposta feita inicialmente pelo governo previa uma contenção de R\$ 1,236 trilhão em despesas com a Previdência, mas, foi reduzida à R\$ 933,5 bilhões pela Câmara, e à 800,2 bilhões pelo Senado.

O relatório do senador Tasso Jereissati (PSDB-SP) previa um impacto fiscal positivo de R\$ 876,6 bilhões. Porém, a aprovação de um destaque, ainda em primeiro turno, retirou do texto as restrições ao pagamento do abono salarial, desidratando a reforma em mais de R\$ 76,4 bilhões.

No entanto, caso as mudanças sugeridas no Senado sejam aprovadas pelo plenário das duas casas legislativas, parte do impacto fiscal será recomposto. O texto prevê o fim de isenções para setores da economia e a criação de contribuições para as micro e pequenas empresas. Com essas medidas, o governo arrecadaria R\$ 155 bilhões aos cofres do governo nos próximos dez anos. Além disso, o texto



**TRABALHADOR
URBANO: IDADE
MÍNIMA DE 62 ANOS
PARA MULHERES E 65
ANOS PARA HOMENS
APÓS O PERÍODO
DE TRANSIÇÃO,
COM TEMPO MÍNIMO
DE CONTRIBUIÇÃO
DE 15 ANOS**

paralelo prevê uma economia de R\$ 350 bilhões aos municípios e estados ao reincluí-los na reforma.

COMEMORAÇÃO

O ministro da Economia, Paulo Guedes, acompanhou a votação no plenário do Senado Federal. Após a proclamação do resultado, disse estar muito feliz, mas, que o ideal é que o Congresso aprove o texto paralelo para incluir, também, os estados e municípios na reforma da Previdência. “Agora vamos para o pacto federativo

com várias dimensões”, disse apontando para as próximas reformas que estão sendo preparadas pela equipe econômica do Governo.

No Japão, onde cumpria agenda, o presidente Jair Bolsonaro usou o Twitter para comemorar. “Parabéns, povo brasileiro! Essa vitória, que abre o caminho para nosso País decolar de vez, é de todos vocês! O Brasil é nosso! Grande Dia!”, escreveu.

Bem-humorado, Bolsonaro ironizou as críticas de que o governo enfrenta dificuldades na articulação



TRABALHADOR URBANO

Proposta aprovada pela Câmara e pelo Senado: idade mínima de 62 anos para mulheres e 65 anos para homens após o período de transição, com tempo mínimo de contribuição de 15 anos para mulheres e 15 anos para homens que já contribuem para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Trabalhadores homens da iniciativa privada que ainda não entraram no mercado de trabalho terão de contribuir por pelo menos 20 anos.

política, ao cumprimentar os jornalistas na chegada ao hotel pela manhã. “Eu não articulei nada, não sei articular. Quem articulou foi o Delegado Waldir”, alfinetou, rindo, o ex-líder do PSL na Câmara. “Foram 60 votos para a gente”, celebrou os 4 votos a mais no segundo turno. Na primeira votação, o

governo havia recebido o apoio apenas de 56 senadores.

Confira a seguir as principais mudanças na Previdência com a aprovação do texto principal e com o texto paralelo, que ainda será analisado e votado em dois turnos pelo plenário das duas casas:

Versão final da reforma X PEC paralela

PEC paralela: homens que ainda não entraram no mercado de trabalho também continuarão contribuindo por 15 anos.

Impacto fiscal da PEC paralela: relatório não prevê impacto

SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL

Proposta do governo aprovada pela Câmara e pelo Senado: idade mínima de 62 anos para mulheres e de 65 anos para homens após o período de transição, com tempo mínimo de contribuição de 25 anos para ambos os sexos e idades mínimas de aposentadorias para o serviço público federal. As idades mínimas continuarão fixadas na Constituição, com demais parâmetros definidos por lei complementar a partir da promulgação da reforma.

ALÍQUOTAS PROGRESSIVAS

Proposta do governo aprovada pela Câmara e pelo Senado: unificar as alíquotas da contribuição para a Previdência dos trabalhadores da iniciativa privada e para os servidores públicos. Contribuição passará

a incidir sobre faixas salariais, com alíquotas menores para quem ganha menos e alíquotas maiores para quem ganha mais. Quem recebe um salário mínimo na ativa pagará 7,5%, contra 8% atualmente. Quem ganha de R\$ 998,01 a R\$ 2 mil pagará de 7,5% a 8,25% de alíquota efetiva. Trabalhadores da iniciativa privada que contribuem sobre o teto do INSS pagarão alíquota efetiva máxima de 11,68%. Para os servidores federais, as alíquotas efetivas sobem ainda mais. O servidor que recebe R\$ 39 mil contribuirá com alíquota efetiva de 16,79%.

REGRA DE TRANSIÇÃO

Proposta do governo: no Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que abrange os trabalhadores do setor privado, a proposta de emenda à Constituição (PEC) prevê quatro regras de transição para o setor privado: sistema de pontos por tempo de contribuição e por idade; aposentadoria por tempo de contribuição para quem tem pelo menos 35 anos de contribuição (homens) e 30 anos (mulheres); tempo menor de contribuição para quem alcançar a aposentadoria por idade pelas regras atuais; e pedágio



de 50% sobre o tempo faltante pelas regras atuais, desde que restem menos de dois anos para a aposentadoria.

Para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), dos servidores públicos, o texto estipula um sistema de pontuação que permitiria a aposentadoria a partir dos 61 anos para homens e 56 anos para mulheres. A partir de 2022, as idades mínimas subiriam para 62 anos (homens) e 57 anos (mulheres). Nesse caso, no entanto, os servidores receberiam um valor mais baixo. Os trabalhadores públicos que entraram até 2003 precisariam trabalhar até 65 anos (homens) e 62 anos (mulheres) para terem direito à integralidade (último salário da ativa) e paridade (mesmos reajustes salariais dos ativos). Proposta aprovada pela Câmara e pelo Senado: acréscimo de regra de transição que valerá tanto para o serviço público como para a iniciativa privada. Os trabalhadores a mais de dois anos da aposentadoria terão um pedágio de 100% sobre o tempo faltante para ter direito ao benefício, desde que tenham 60 anos (homens) e 57 anos (mulheres) e 35 anos de contribuição (homens) e 30 anos de contribuição (mulheres). No caso dos servidores públicos que entraram antes de 2003, o pedágio dará direito à integralidade e à paridade.

GATILHO NA IDADE MÍNIMA

Proposta do governo: Constituição definiria um gatilho automático que elevaria as idades mínimas de quatro em quatro anos, conforme o aumento da expectativa de vida.

Proposta aprovada pela Câmara e pelo Senado: retirado o mecanismo de ajuste. Novas alterações das idades mínimas terão de exigir mudança na Constituição.

TRABALHADOR RURAL: 55 ANOS PARA MULHERES E 60 ANOS PARA HOMENS, INCLUINDO GARIMPEIROS E PESCADORES ARTESANAIS



PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS), DOS SERVIDORES PÚBLICOS, O TEXTO ESTIPULA UM SISTEMA DE PONTUAÇÃO QUE PERMITIRIA A APOSENTADORIA A PARTIR DOS 61 ANOS PARA HOMENS E 56 ANOS PARA MULHERES

APOSENTADORIA RURAL

Proposta do governo: idade mínima de 60 anos para a aposentadoria de homens e mulheres, com 20 anos de tempo de contribuição para ambos os sexos.

Proposta aprovada pela Câmara e pelo Senado: tema retirado na comissão especial da Câmara. Mantidas as regras atuais, com 55 anos para mulheres e 60 anos para homens, incluindo garimpeiros e pescadores artesanais. Apenas o tempo mínimo de contribuição para homens sobe para

Freepik



CAPITALIZAÇÃO

Proposta do governo: Constituição viria com autorização para lei complementar que institui o regime de capitalização.

Proposta aprovada pela Câmara e pelo Senado: tema retirado.

20 anos, com a manutenção de 15 anos para mulheres.

PEC paralela: manutenção do tempo mínimo de contribuição de 15 anos para trabalhadores rurais homens.

Impacto fiscal da PEC paralela: não divulgado.

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC)

Proposta do governo: idosos de baixa renda receberiam R\$ 400 a partir dos 60 anos, alcançando um salário mínimo somente a partir dos 70.

Proposta aprovada pela Câmara: retirada da limitação de R\$ 400 para quem tem menos de 70 anos; inclusão de medida para combater fraudes no BPC, com especificação na Constituição de renda familiar per capita de até um quarto do salário mínimo (R\$ 249,50 em valores atuais) a partir dos 65 anos para ter direito ao benefício.

Proposta aprovada pelo Senado: retirada da medida antifraude, permitindo que pessoas com renda familiar per capita maior continuem tendo acesso ao benefício, que continuaria a ser de um salário mínimo a partir dos 60 anos. Texto não volta para a Câmara.

Impacto fiscal da mudança no Senado: -R\$ 22 bilhões em dez anos.

PENSÃO POR MORTE

Proposta do governo: pensão por morte começaria em 60% do salário de contribuição, aumentando 10 pontos percentuais por dependente até chegar a 100% para cinco ou mais dependentes. Retirada da pensão de 100% para dependentes com deficiências intelectuais ou mentais. Apenas dependentes com deficiências físicas receberiam o valor máximo.

Proposta aprovada pela Câmara: pensão de pelo menos um salário mínimo para beneficiários sem outra fonte de renda, sem exigência de comprovação de renda dos demais membros da família. Pagamento de 100% para beneficiários com dependentes inválidos (deficiência física, intelectual ou mental) e para dependentes de policiais e agentes penitenciários da União mortos por agressões em serviço e qualquer circunstância relacionada ao trabalho, como acidentes de trânsito e doenças ocupacionais.

PROFESSORES

Proposta do governo: idade mínima de 60 anos de idade para a aposentadoria de homens e mulheres, com 30 anos de tempo de contribuição.

Proposta aprovada pela Câmara e pelo Senado: idade mínima de aposentadoria reduzida para 55 anos (homens) e 52 anos (mulheres), com cumprimento do pedágio de 100%. Benefício vale para professores federais, da iniciativa privada e dos municípios sem regime próprio de Previdência.





Proposta aprovada pelo Senado: nenhuma pensão poderá ser menor que um salário mínimo, em qualquer circunstância. Essa parte do texto não volta para a Câmara

PEC paralela: cota dobrada, de 20 pontos percentuais, na pensão por morte para os dependentes de até 18 anos de idade. Dessa forma, a pensão será de 100%, por exemplo, no caso de uma mãe com dois filhos menores de idade. Possibilidade de acúmulo de pensões em caso de dependente com deficiência intelectual, mental ou grave.

Impacto fiscal das mudanças no texto principal: -R\$ 32 bilhões em dez anos com piso universal de um salário mínimo.

Impacto fiscal da PEC paralela: -R\$ 8 bilhões com cota dobrada para dependentes menores de idade; -R\$ 2 bilhões a -R\$ 3 bilhões com acúmulo de pensões

APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

Proposta aprovada pela Câmara e pelo Senado: Aposentadoria por invalidez passa a ser de 60% da média salarial mais 2% por ano de contribuição que exceder 20 anos, como no cálculo do valor das aposentadorias em geral.

PEC paralela: acréscimo de 10% na aposentadoria por invalidez em caso de acidente de trabalho. Aposentadoria de 100% do valor em caso de doença neurodegenerativa ou incapacidade que gere deficiência.

Impacto fiscal da PEC paralela: -R\$ 7 bilhões em dez anos por acréscimo de 10% para acidentes de trabalho e -R\$ 5 bilhões por aposentadoria por doenças neurodegenerativas e deficiências.



APOSENTADORIA ESPECIAL PARA EXPOSTOS A AGENTES NOCIVOS

Proposta aprovada pela Câmara: aposentadoria quando soma da idade, do tempo de contribuição e do tempo de efetiva exposição a agentes nocivos atingir 66 pontos e 15 anos de efetiva exposição, 76 pontos e 20 anos de efetiva exposição e 86 pontos e 25 anos de efetiva exposição. Com acréscimo de um ponto por ano a partir de 2020.

Proposta aprovada pelo Senado: retira a regra de elevação dos pontos. Texto não volta para a Câmara.

Impacto fiscal da mudança no Senado: -R\$ 6 bilhões em dez anos

APOSENTADORIA ESPECIAL POR PERICULOSIDADE

Proposta do governo aprovada pela Câmara: texto vedava expressamente aposentadoria especial para atividades enquadradas por periculosidade, como

**APOSENTADORIA
POR INVALIDEZ:
APOSENTADORIA
POR INVALIDEZ
PASSA A SER DE 60%
DA MÉDIA SALARIAL
MAIS 2% POR ANO DE
CONTRIBUIÇÃO QUE
EXCEDER 20 ANOS**

vigilantes. Segundo governo, direito não é garantido na legislação atual, mas a equipe econômica queria explicitar a proibição na Constituição.

Proposta aprovada em segundo turno pelo Senado: retira proibição expressa, sob a condição de governo enviar um projeto de lei para regulamentar o tema e evitar a judicialização (onda de ações na Justiça) do tema.

Impacto fiscal da mudança no Senado: nenhum, porque acordo evitará onda de ações judiciais que provocariam

impacto de até -R\$23,2 bilhões e porque conta da reforma divulgada pelo governo nunca considerou a economia com a proibição expressa

ABONO SALARIAL

Proposta do governo: pagamento restrito aos trabalhadores formais que ganham um salário mínimo, contra dois salários mínimos pagos atualmente.

Proposta aprovada pela Câmara: pagamento aos trabalhadores de baixa renda (até R\$ 1.364,43 em valores atuais).

Proposta aprovada em primeiro turno pelo Senado: retirada da restrição ao abono salarial, que continuará a ser pago aos trabalhadores de carteira assinada que ganham até dois mínimos.

Impacto fiscal da mudança no Senado: -R\$ 76,4 bilhões em dez anos

SALÁRIO-FAMÍLIA E AUXÍLIO-RECLUSÃO

Proposta do governo: pagamento restrito a beneficiários com renda de um salário mínimo.

Proposta aprovada pela Câmara e pelo Senado: pagamento a pessoas de baixa renda (até R\$ 1.364,43 em valores atuais).

CÁLCULO DE BENEFÍCIOS

Proposta do governo: benefício equivalente a 60% da média de contribuições em toda a vida ativa, mais dois pontos percentuais por ano que exceder os 20 anos de contribuição.

Comissão especial da Câmara: inclusão de parágrafo no Artigo 27 para eliminar falha que faria trabalhador que tenha contribuído por mais de 20 anos, porém com salário menor a partir do 21º ano, conquistar aposentadoria

menor do que segurado que tenha contribuído por apenas 20 anos.

Proposta aprovada pela Câmara e pelo Senado: valor da aposentadoria de mulheres da iniciativa privada começará a subir dois pontos percentuais por ano que exceder 15 anos de contribuição. Aposentadoria de homens só começará a subir depois de 20 anos de contribuição. Mudança permite a mulheres receber aposentadoria de 100% do salário médio com 35 anos de contribuição – cinco anos antes dos homens.

REAJUSTE DE BENEFÍCIOS

Proposta do governo: eliminava trecho da Constituição que preservava a reposição das perdas da inflação.

Proposta aprovada pela Câmara e pelo Senado: manutenção do reajuste dos benefícios pela inflação.

CONTAGEM DE TEMPO

Proposta do governo: PEC não abordava assunto.

Proposta aprovada pela Câmara e pelo Senado: parágrafo que impede a contagem de tempo sem o pagamento das contribuições. Recentemente, o Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu que os juízes podem considerar, no tempo de contribuição, os anos em que exerciam a advocacia e não contribuíam para a Previdência.

INCORPORAÇÃO DE ADICIONAIS

Proposta do governo: PEC não abordava assunto.

Proposta aprovada pela Câmara e pelo Senado: extensão aos estados e municípios da proibição de incorporar adicionais por cargo de confiança ou em comissão ao salário dos servidores, vedação que existe em nível federal.



POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS

Proposta do governo: a categoria teria as mesmas regras das Forças Armadas, com 35 anos de contribuição, com contagem de tempo no RGPS e possibilidade de policiais e bombeiros na reserva trabalharem em atividades civis.

Proposta aprovada pela Câmara e pelo Senado: policiais militares e bombeiros continuam fora da reforma.

ACÚMULO DE BENEFÍCIOS

Proposta do governo: limite para acúmulo de benefícios a 100% do benefício de maior valor, somado a um percentual da soma dos demais, começando em adicional de 80% para um salário mínimo e caindo para 0% acima de benefícios de mais de quatro salários mínimos. Médicos, professores, aposentadorias do RPPS ou das Forças Armadas ficam fora do limite por terem exceções estabelecidas em lei.

Proposta aprovada pela Câmara e pelo Senado: altera para 10% adicional para benefícios acima de quatro salários mínimos, mantendo os demais pontos.

PEC paralela: possibilidade de acúmulo de pensões em caso de dependente com deficiência intelectual, mental ou grave.

Impacto fiscal da PEC paralela: -R\$ 2 bilhões a -R\$ 3 bilhões em dez anos.

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Proposta aprovada pela Câmara: não prevê que servidores federais optem pelo sistema de previdência complementar, administrado pela



Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp). Prazo acabou em 29 de março deste ano.

PEC paralela: reabertura, por seis meses a partir da promulgação da reforma, do prazo para migração para o regime de previdência complementar dos servidores federais, com pagamento de contrapartida do governo federal.

Impacto fiscal da PEC paralela: -R\$ 20 bilhões em dez anos.

APOSENTADOS DE ESTATAIS

Proposta do governo: servidores públicos federais e empregados de estatais que continuem a trabalhar depois de se aposentarem deverão escolher receber o salário ou a aposentadoria, ressalvados os casos permitidos pela Constituição.

Proposta aprovada pela Câmara e pelo Senado: servidores públicos federais terão de optar por aposentadoria ou salário, mas empregados



de estatais deverão ser desligados automaticamente ao se aposentarem. Aposentados atuais podem continuar trabalhando nas empresas públicas.

ENCARGOS TRABALHISTAS

Proposta do governo: possibilidade de incidir desconto para a Previdência sobre vale-alimentação, vale-transporte e outros benefícios trabalhistas.

Proposta aprovada pela Câmara e pelo Senado: tema retirado.

POLICIAIS QUE SERVEM À UNIÃO

Proposta do governo: a categoria (que abrange policiais federais, policiais rodoviários federais, policiais legislativos e agentes penitenciários federais, entre outros) se aposentará aos 55 anos de idade, com 30 anos de contribuição e 25 anos de exercício efetivo na carreira, independentemente de distinção de sexo.

Proposta aprovada pela Câmara e pelo Senado: idade mínima de 53 anos para homens e 52 anos para

mulheres para o policial que cumprir 100% do pedágio sobre o tempo que falta para se aposentar pelas regras atuais.

JUDICIALIZAÇÃO

Proposta do governo: concentração na Justiça Federal em Brasília de ações judiciais contra a reforma da Previdência.

Proposta aprovada pela Câmara e no Senado: autorização, por meio de lei federal, de julgamentos na Justiça estadual quando não houver vara federal no domicílio do segurado.

ANISTIADOS POLÍTICOS

Proposta do governo: anistiados passariam a contribuir para a seguridade social nos mesmos termos da contribuição do aposentado e pensionista do INSS.

Proposta aprovada pelo Senado: retira desconto da contribuição para anistiados. Segundo relator, conceder tratamento previdenciário a indenizações, com pagamento de tributos, motivaria ações judiciais contra a reforma. Texto não precisa voltar à Câmara.

Impacto fiscal da mudança no Senado: -R\$ 830 milhões em dez anos.

APOSENTADORIA DE JUÍZES

Proposta do governo: PEC não abordava o assunto.

Proposta aprovada na Câmara e no Senado: retirada da Constituição da possibilidade de pena disciplinar de aposentadoria compulsória para juízes e parágrafo que impede contagem de tempo de contribuição para juízes que não contribuíram com a Previdência enquanto exerceram a advocacia.



BENEFÍCIO UNIVERSAL PARA CRIANÇAS

Proposta aprovada na Câmara e no Senado: não trata do tema.

PEC paralela: sugestão para criar benefício universal para crianças em situação de pobreza.

Impacto fiscal da PEC paralela: -R\$ 10 bilhões em dez anos.



Medidas para aumentar a economia da reforma

ESTADOS E MUNICÍPIOS

Proposta do governo: PEC valeria automaticamente para servidores dos estados e dos municípios, sem necessidade de aprovação pelos legislativos locais.

Proposta aprovada pela Câmara e pelo Senado: retirada do tema. Todos os pontos da reforma da Previdência precisarão ser aprovados pelos legislativos locais

PEC paralela: reinclusão dos estados e dos municípios na reforma da Previdência. Governos locais podem adotar integralmente novas regras mediante aprovação de lei ordinária. Caso estado aprove reforma, adoção para municípios do estado será automática, mas prefeito poderá aprovar lei em até um ano para desfazer as mudanças.

Impacto da PEC paralela: +R\$ 350 bilhões de economia nos governos locais nos próximos dez anos.

APOSENTADORIAS E PENSÕES ACIMA DO TETO

Proposta aprovada pela Câmara: retirada de trecho da Constituição que permite contribuição sobre aposentadorias e pensões acima do teto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), R\$ 5.839,45 em valores atuais.

Proposta aprovada pelo Senado: contribuições vão incidir sobre aposentadorias e pensões que superem o teto do INSS. Por se tratar de supressão, texto não volta para a Câmara.

Impacto fiscal da mudança no Senado: não divulgado, mas positivo.

APOSENTADORIA DE POLÍTICOS

Proposta do governo aprovada pela Câmara: fim da aposentadoria especial para futuros parlamentares – em nível federal, estadual e municipal. Os eleitos a partir das eleições municipais de 2020 passarão para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Haverá uma regra de transição para parlamentares atuais.

Proposta aprovada pelo Senado: esclarece que ex-parlamentares que integram plano de aposentadoria dos congressistas precisarão seguir a mesma regra de transição para os atuais congressistas: idades mínimas de 62 anos para mulheres e 65 anos para homens, com pedágio de 30% sobre o tempo que falta hoje para a aposentadoria. Por se tratar de emenda de redação, texto não precisa voltar à Câmara.

Impacto fiscal da mudança no Senado: não divulgado, mas positivo.

CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS

Proposta aprovada pela Câmara: contribuições extras dos servidores públicos, aposentados e pensionistas sobre o valor dos benefícios que superem um salário mínimo quando houver déficit atuarial (insuficiência de recursos para aposentadorias futuras) dos regimes próprios.

Proposta aprovada pelo Senado: retira expressão “no âmbito da União” para autorizar estados e municípios a instituir contribuição extraordinária em caso de déficit atuarial, evitando



interpretações de que contribuição só poderia ser cobrada pela União. Texto não volta para a Câmara.

Impacto fiscal da mudança no Senado: nenhum em nível federal, impacto em nível local não divulgado, mas positivo.

TRIBUTO PARA BANCOS

Proposta do governo: PEC não abordava assunto.

Proposta aprovada pela Câmara e pelo Senado: Câmara incluiu aumento, de 15% para 20% da alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para bancos médios e grandes. As demais instituições



TRABALHO INFORMAL

Proposta do governo e aprovada pela Câmara: não trata sobre o tema.

Proposta aprovada pelo Senado: trabalhadores informais terão direito a um sistema especial de inclusão previdenciária, com alíquota menor que as cobradas no INSS. Mudança pretende beneficiar microempreendedores individuais (MEI). Por se tratar de emenda de redação, texto não precisa voltar à Câmara.

Impacto fiscal da mudança no Senado: não especificado, mas, segundo relator, deve ser positivo por ampliar a cobertura previdenciária.

financeiras continuarão a pagar 15% de CSLL. B3 (antiga Bolsa de Valores de São Paulo) continuará pagando 9%.

Impacto fiscal da mudança na Câmara: +R\$ 50 bilhões em dez anos.

FIM DE ISENÇÃO PARA EXPORTADORES RURAIS

Proposta do governo: PEC não abordava assunto.

Proposta aprovada pela Câmara: Comissão especial tentou acabar com isenção da contribuição previdenciária de 2,6% sobre a comercialização da produção agrícola de exportadores rurais. Mudança renderia R\$ 83,9 bilhões em uma década. Medida foi

derrubada ainda na comissão, antes de ir para o Plenário.

PEC paralela: relator no Senado incluiu cobrança gradual, em cinco anos, de contribuições previdenciárias do agronegócio exportador.

Impacto fiscal da PEC paralela: +R\$ 60 bilhões em dez anos.

FIM DE ISENÇÃO PARA ENTIDADES FILANTRÓPICAS

Proposta do governo e aprovada pela Câmara: PEC não abordava assunto.

PEC paralela: relator no Senado incluiu cobrança gradual, em cinco

anos, de contribuições previdenciárias de entidades educacionais ou de saúde enquadradas como filantrópicas, mas com capacidade financeira. Entidades de assistência e santas casas de misericórdia continuariam com isenção.

Impacto fiscal da PEC paralela: +R\$ 60 bilhões em dez anos.

NOVA CONTRIBUIÇÃO NO SIMPLES NACIONAL

Proposta do governo e aprovada pela Câmara: PEC não abordava assunto.

PEC paralela: relator no Senado incluiu cobrança no Simples para incentivar micro e pequenas empresas a investir em prevenção de acidentes de trabalho e proteção do trabalhador contra exposição a agentes nocivos.

Impacto fiscal da PEC paralela: +R\$ 35 bilhões em dez anos. ●



Congresso Nacional aprova marco regulatório mais moderno para o *franchising*

Nova lei traz novidades como a possibilidade de sublocação de imóveis do franqueador ao franqueado, cria regras para franquias públicas e torna ainda mais transparente o fornecimento de informações







● Da Redação

O plenário do Senado aprovou no último dia 6/11 o Projeto de Lei (PL) 219/2015 que atualiza o marco legal do franchising brasileiro. Este setor faturou R\$ 174,8 Bilhões em 2018 e responde, atualmente, mais de 1,34 milhão de postos de trabalho e 160 mil unidades em operação. No 3º trimestre de 2019, as franquias registraram um crescimento de 6,1%. O PL 219/2015, do ex-deputado Alberto Mourão, começou a tramitar na Câmara dos Deputados em 2015 e agora vai à sanção presidencial. Ele revoga a lei vigente, conhecida como Lei do Franchising (Lei 8.955/1994), e introduz novas regras.

“A Lei do Franchising de 1994 teve um papel fundamental no fortalecimento do nosso mercado. Era uma lei simples, direta e que previa condições equilibradas para que os entes privados realizassem negócios de forma transparente e segura. No entanto, após mais de 20 anos, atualizações eram necessárias. Com esta nova regra, conseguimos manter as conquistas originais, deixar mais claros alguns pontos e acrescentar dispositivos que podem acelerar, por exemplo, a abertura de novas unidades e, portanto, o crescimento do setor como um todo”, disse André Friedheim, presidente da ABF - Associação Brasileira de Franchising. A entidade colaborou ativamente com a elaboração e o trâmite da nova lei.

Para a ABF, o PL 219/2015 traz novidades importantes, como a previsão expressa de que não existe relação de consumo entre franqueador e franqueado (entendimento já consolidado nos tribunais brasileiros), a validade da eleição de juízo arbitral

entre as partes e de que não há vínculo empregatício entre os funcionários dos franqueados e a franqueadora, mesmo que em período de treinamento. A nova regra regula a figura da franquia pública (ou seja entes estatais ou de economia mista que adotam o sistema para expandir suas operações) e, como em outros países, cria a possibilidade de sublocação de espaços comerciais da franqueadora ou franqueado, o que pode facilitar o processo de expansão das redes especialmente em shoppings e regiões de grande movimentação de pessoas. Outra inovação é a criação de sanções por omissão ou veiculação de informações inverídicas na Circular de Oferta de Franquia (COF).

Do marco regulatório anterior, além da liberdade contratual, foi mantida a obrigação do franqueador fornecer a COF ao candidato a franqueado com uma antecedência mínima de dez dias à assinatura do contrato ou do pagamento de taxas. Devem constar neste documento a descrição detalhada da franquia, geral do negócio e das atividades que serão desempenhadas pelo empreendedor; a remuneração periódica pelo uso do sistema, marca e outros direitos de propriedade intelectual da rede; e indicação do que é oferecido ao franqueado pelo franqueador, como suporte, incorporação de inovações tecnológicas às franquias, treinamentos e consultoria de campo. Também deve ser informada na COF a abrangência territorial exclusiva para o franqueado, as quotas mínimas de aquisição, a possibilidade de recusa de produtos, o direito de transferência, assim como os critérios objetivos de seleção do franqueado, definidos pelo franqueador.

“Isso vai trazer segurança jurídica, transparência e simplificação para as



duas partes. Quero lembrar que é um dos setores que mais cresce no país e no mundo, apesar de toda a crise que nós vivemos nos dois últimos anos”, afirmou a senadora Kátia Abreu (PDT-TO), que relatou a proposição na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

O presidente da ABF ressaltou ainda que “um franchising vigoroso e sustentável se faz com transparência e relações comerciais equilibradas. Acreditamos que a nova regulamentação dê mais um passo nesta direção,



podendo trazer muitos benefícios ao setor. Cabe a nós agora fazer nossa lição de casa e verificar os impactos em cada negócio em particular. Desde já, a ABF recomenda um estudo profunda da nova lei e revisão de contratos, da COF e outros instrumentos jurídicos para melhor adequação», ressalta.

Após a sanção presidencial, que tem 15 dias para ocorrer, a lei entra em vigor no prazo de 90 dias da sua publicação no Diário Oficial.

*Com informações da Agência Câmara e Senado



“ A Lei do Franchising de 1994 teve um papel fundamental no fortalecimento do nosso mercado. Era uma lei simples, direta e que previa condições equilibradas para que os entes privados realizassem negócios de forma transparente e segura ”

André Friedheim, presidente da ABF



Servidores da Funai enfrentam burocracia para viajar

Além dos cortes de recursos, novas regras do governo complicam autorizações de viagem e dificultam o atendimento nas aldeias





Marcelo Camargo/Agência Brasil

**● Anna Beatriz Anjos**

Agência Pública

Mudanças nas regras para viagens têm prejudicado ainda mais o trabalho da Fundação Nacional do Índio, a Funai, junto aos povos indígenas, relatam servidores ouvidos pela Agência Pública. Portarias publicadas no *Diário Oficial da União* e ofício disparado internamente em outubro determinam que os deslocamentos sejam autorizados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública ou pelo presidente da fundação, conforme o caso. De acordo com os funcionários, a burocracia e

lentidão do processo atrapalham o fluxo de trabalho, sobretudo nas Coordenações Técnicas Locais (CTLs) e nas Frentes de Proteção Etnoambiental (FPEs), que atuam diretamente com as comunidades indígenas.

Segundo uma servidora lotada em unidade na Amazônia, a situação já tem afetado as populações indígenas, que demoram mais a receber o atendimento de que necessitam. “É um mês que a gente fica parado porque não podemos fazer deslocamento, temos que aguardar a autorização”, declara. “Pra gente que está na ponta, é um fluxo de burocracia que trava.” A reportagem preservou a identidade de

todos os servidores ouvidos já que, em agosto, um memorando instituiu que qualquer interação com a imprensa deve também passar pelo crivo da sede da Funai, em Brasília.

A primeira portaria lançada do DOU e assinada pelo ministro Sergio Moro, no último dia 9, designou a Luiz Pontel de Souza, Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a responsabilidade de autorizar a concessão de diárias e passagens aos servidores da Funai. O texto permite a Pontel subdelegar a função, exceto em casos de viagens com mais de dez dias seguidos, que envolvem o transporte de mais

de dez pessoas ao mesmo evento ou cujo solicitante houver ultrapassado o limite de quarenta diárias intercaladas ao ano. Em portaria no dia seguinte, Pontel atribuiu ao presidente da Funai, Marcelo Augusto Xavier da Silva, a autorização de viagens que não se enquadram nesses casos.

Uma semana depois, em 17 de outubro, Xavier enviou explicações mais detalhadas sobre como as solicitações de autorização de deslocamento deveriam ser feitas. O documento, endereçado aos coordenadores regionais (responsáveis pelas CTLs), ao diretor do Museu do Índio, no Rio de Janeiro, e aos gestores das três grandes diretorias da Funai, adiciona outras duas situações ao rol de viagens cuja permissão deve ser dada pelo Ministério da Justiça: quando o pedido for feito a menos de dez dias da data de partida e quando os dois trechos somados ultrapassarem o valor de R\$ 2 mil.

O texto estabelece que todas as solicitações devem ser realizadas com vinte dias úteis de antecedência – as viagens sem permissão estão proibidas. Destaca ainda que o “planejamento e a antecedência” na realização dos pedidos podem trazer economia aos cofres públicos e que os dirigentes devem avaliar a relevância dos deslocamentos, “levando-se em consideração os estritamente necessários à continuidade dos serviços”.

Foram anexados ao ofício dois fluxogramas com o passo a passo dos processos de deliberação tanto da presidência da Funai quanto do Ministério da Justiça. Em ambos os casos, o pedido deve ser formalizado no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) junto a um plano de viagem ou ordem de serviço. Só então, com a

manifestação favorável da autoridade responsável, ele pode ser lançado no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), seguindo então para nova aprovação superior, condição para que seja analisado pelos ordenadores de despesas.

Servidores entrevistados pela Pública contam que antes o processo era bem mais simples. Para deslocamentos com até dez dias, só era necessária a assinatura do superior imediato e do coordenador regional no plano de viagem. “Depois, todos os trâmites para o pagamento das diárias eram no setor de pessoal da própria coordenação regional. E isso levava um ou dois dias”, explica o funcionário de uma CTL na região Sul. Mesmo para as viagens mais longas, ou para servidores que já tinham gasto 40 diárias, a burocracia era menor. “Em geral, o coordenador regional autorizava a viagem e o presidente da Funai apenas convalidava. Basicamente, era uma formalidade burocrática. Não tínhamos problemas com isso”, explica outra funcionária da Amazônia, no Norte do país.

TENTATIVA DE CONTROLE

Mais do que contenção de gastos, os funcionários ouvidos pela Pública encaram as novas regras como uma tentativa de controle do trabalho realizado diretamente com as comunidades indígenas. “Sinto que há uma postura de desconfiança em relação a certos órgãos – Funai, Incra, Ibama –, com quem trabalha com meio ambiente ou com pessoas em situação de vulnerabilidade e que clamam pela diferença. A gente vê que há o interesse de controle e até

de desqualificação do órgão dentro do próprio governo”, avalia uma servidora do Centro-Oeste. “É desmotivador, você se pergunta ‘por que estou me desgastando?’. Estamos ficando loucos para fazer o que a instituição em si parece não estar interessada. Parece

A EXIGÊNCIA DE QUE AS VIAGENS SEJAM SOLICITADAS COM 20 DIAS ÚTEIS DE ANTECEDÊNCIA É APONTADA COMO UM DOS MAIORES PROBLEMAS, JÁ QUE AS NOVAS REGRAS NÃO SÃO CLARAS QUANTO AOS PROCEDIMENTOS EM CASO DE DESLOCAMENTOS URGENTES





que é quase interesse pessoal seu que as coisas aconteçam na Funai.”

A exigência de que as viagens sejam solicitadas com 20 dias úteis de antecedência é apontada como um dos maiores problemas, já que as novas regras não são claras quanto aos procedimentos em caso de deslocamentos urgentes. Questionada, a Funai não se manifestou sobre esse assunto ou respondeu às demais perguntas da reportagem.

“De todas as atividades da Funai, as que sofrem maior impacto são as atividades de fiscalização e gestão territorial, até porque a gente não trabalha sozinho, atuamos junto aos órgãos ambientais que têm suas próprias agendas. Às vezes, são situações de fiscalização ou de combate a um dano ambiental em que é necessária uma atuação rápida, não se pode esperar vinte dias úteis”, explica uma das funcionárias que trabalha na Amazônia. Ela diz que, em sua Coordenação Regional, as atividades de fiscalização e gestão territorial no combate à exploração ilegal de madeira ou garimpo ficaram “praticamente paralisadas”. “Estou dando margem para que invasores entrem em terras indígenas porque tenho que obedecer a um fluxo de vinte dias. Mesmo que eu alegue que é uma urgência, vai ser muito mais difícil que a presidência analise meu processo.”

Alguns servidores acabam viajando mesmo sem autorização para não interromper a rotina de trabalho. Um deles, que atende povos indígenas em três municípios da região Centro-Oeste, diz que teve de recorrer a essa alternativa. “As entregas de cestas [básicas] só foram realizadas porque peguei carona com um caminhão que estava indo para a aldeia prestar

ALGUNS SERVIDORES ACABAM VIAJANDO MESMO SEM AUTORIZAÇÃO PARA NÃO INTERROMPER A ROTINA DE TRABALHO. UM DELES, QUE ATENDE POVOS INDÍGENAS EM TRÊS MUNICÍPIOS DA REGIÃO CENTRO-OESTE, DIZ QUE TEVE DE RECORRER A ESSA ALTERNATIVA

outro serviço. Não pude usar a viatura oficial nem comunicar oficialmente do deslocamento”, contou à Pública. Ele contesta o entendimento de que todo deslocamento está atrelado à concessão de diárias, como está expresso no ofício enviado aos servidores em 17 de outubro.

A COMBALIDA FUNAI

O contingenciamento de recursos da Funai desde o início do governo de Jair Bolsonaro, como a Pública já havia demonstrado em janeiro, não é novidade para servidores e muito menos para povos indígenas. Dos R\$ 65,9 milhões previstos este ano para as cinco ações finalísticas do órgão – ou seja, as que visam diretamente ao atendimento às populações indígenas, sem contar valores destinados às áreas administrativas –, apenas R\$ 16,1 milhões foram executados até agora, o que equivale a 24,4% do orçamento aprovado para 2019. Novos cortes se anunciam: segundo nota técnica da organização Indigenistas Associados



(INA), o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2020, apresentado pelo governo ao Congresso, determina uma diminuição de 40% das verbas às ações finalísticas da Funai.

A falta de recursos é apontada pela União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja) como uma das razões para os ataques que vêm sofrendo as bases da fundação na terra indígena localizada no oeste do Amazonas – o último deles ocorreu na madrugada de domingo (3), quando caçadores e pescadores ilegais teriam atirado contra a base do rio Ituí de dentro de



A falta de recursos é apontada pela União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja) como uma das razões para os ataques que vêm sofrendo as bases da fundação na terra indígena localizada no oeste do Amazonas

um barco. Segundo a Univaja, esse é o oitavo ataque em um ano no território, o quarto somente à base do rio Ituí, que poucos dias antes, na quinta-feira (31), havia sofrido outro atentado.

O Vale do Javari é a segunda mais extensa terra indígena demarcada do país, perdendo apenas para a TI

Yanomami. Em seu território, segundo a Univaja, há registros de pelo menos 16 povos isolados – em nenhum outro lugar do Brasil essa quantidade é tão alta –, além de outros sete povos com diferentes graus de contato com a sociedade não indígena. Beto Marubo, uma das lideranças da Univaja, chama de burocracia as novas regras para deslocamento. “Engessaram totalmente os trabalhos da Funai, ela não consegue fazer absolutamente nada”, diz. “O que a gente percebe é que essas providências que vêm sendo tomadas internamente à Funai são para enfraquecer o próprio

órgão, para que ele não funcione de fato. Que funcionário não vá a campo, que o próprio órgão não consiga fazer nada e que isso justifique, num futuro próximo, sua extinção.”

Morubo explica que a proteção dos povos indígenas habitantes do Vale do Javari depende da atuação da Funai. “Se ela não funciona lá, precariza, e a tendência é a gente ver conflitos entre índios e invasores. Além disso, temos os isolados, que não têm nada a ver com essa história e podem morrer por uma gripe – uma gripe pode levar ao genocídio de uma etnia inteira.” ●



Conselhos fiscais das estatais não podem ter indicações políticas

Artigo 17 da Lei das Estatais a membros
do conselho fiscal proíbe prática



● Da Redação

Os requisitos e vedações estabelecidos pela Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) para a ocupação de cargos de conselho de administração e diretoria de empresas públicas e sociedades de economia mista têm gerado controvérsia sobre sua aplicabilidade a membros de órgãos de governança não explicitamente citados pelo artigo 17.

Em defesa da observância das melhores práticas e dos comandos da Lei das Estatais em sua essência, o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) reafirma sua convicção de que um dos principais avanços dessa legislação está justamente no esforço em proteger organizações de controle estatal da influência de interesses político-partidários e eleitorais, que fomentaram casos notórios de ineficiência, corrupção e danos à sociedade brasileira.

A maior expressão dessa finalidade está no artigo 17, que define critérios mínimos de

CONSELHEIROS FISCAIS SÃO RESPONSÁVEIS POR FISCALIZAR, DE MANEIRA INDEPENDENTE, OS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO

qualificação e de inelegibilidade. Exigir que membros do conselho fiscal cumpram, portanto, pelo menos os mesmos requisitos e vedações válidos para os administradores é essencial para que a legislação tenha a efetividade necessária e alcance seu propósito de aprimorar a governança das estatais.

Conselheiros fiscais são responsáveis por fiscalizar, de maneira independente, os atos da administração. O processo de seleção de seus membros deve atender a critérios que sejam considerados sólidos e que possam mitigar conflitos de interesses.

A história recente tem ensinado que qualquer tentativa de flexibilizar a aplicação desse ou de quaisquer outros princípios da lei e da boa governança em empresas estatais deve ser combatida, tendo em vista que pode constituir grave retrocesso na busca por eficiência, responsabilidade, transparência e integridade na administração desse tipo de organização. ●



O todo-poderoso Nabhan

Secretário de Assuntos Fundiários, ex-presidente da UDR se declara inimigo da reforma agrária e da demarcação de TIs enquanto defende regulamentar terras por autodeclaração







Tânia Régio/Agência Brasil

**● Vasconcelo Quadros**

Agência Pública

Homem de confiança do presidente Jair Bolsonaro na execução de missões voltadas para o meio rural, em dez meses no cargo o secretário nacional de Assuntos Fundiários, Luiz Antonio Nabhan Garcia, passou por cima de ministros, derrubou dois generais e ajudou a dar forma à retórica governista contra ambientalistas e indigenistas. Seu adversário da vez são os sem-terra. “Essa reforma agrária dos últimos 30 ou 40 anos foi um desserviço ao país. Ela tem de ser revista, precisa ser revista”, disse o secretário em entrevista à **Agência Pública**.

“Nesse governo o MST é uma organização criminosa que invade propriedades. Quem comete ato ilícito, fora da lei, é organização criminosa. Vou defender invasor de propriedade? A lei diz que se invadir é crime, fora da lei”, vocifera o secretário que, há quase um ano no cargo não recebeu (e faz questão de frisar que não receberá) nenhuma liderança do movimento. Desde sua fundação, em 1984, o MST é um dos interlocutores do Incra.

A meta de Nabhan Garcia é implementar a regularização fundiária autodeclarada, ou seja, feita pelos próprios ocupantes da terra. É assim que o governo pretende titular 600 mil propriedades de até 2.500 hectares na Amazônia Legal. A intenção

Luiz Antonio Nabhan Garcia defende a regularização fundiária autodeclarada

é ocupar o que o governo vê como vazios demográficos com a lógica da integração nacional da ditadura: “O que deu muito certo no Brasil foi na década de 70, quando os governos [militares] fizeram uma colonização agrária dando oportunidade para aquele que tinha vocação”, diz Nabhan.

O governo deve enviar uma medida provisória ao Congresso com a proposta de regularização. Há 32 milhões de hectares na Amazônia em situação indefinida (sem escritura), além de sobreposição de fazendas com terras indígenas, com áreas de proteção ambiental ou com terras públicas.

Na visão de especialistas, a regularização é parte de uma estratégia geopolítica para a fronteira norte. “O que está em curso é um novo ciclo de ocupação da Amazônia, com possibilidade de estímulo à migração de novas levas de agricultores para a região”, diz o agrônomo e perito agrário federal Deodato do Nascimento Aquino, que acompanha os processos de regularização.

Com aparente aval do presidente da República, o secretário adotou um estilo agressivo para implementar esse projeto, removendo aqueles que considera obstáculos para sua concretização. No início de junho, ele aconselhou Bolsonaro a demitir o general Franklimberg de Freitas da presidência da Funai e foi atendido. Há duas semanas, repetiu a pressão e Bolsonaro exonerou o general João Carlos Jesus Corrêa da presidência do Incra, passando por cima da ministra da Agricultura, Tereza Cristina. Em entrevista à **Pública**, Nabhan Garcia comparou as demissões com a troca de um jogador num campeonato ou numa empresa, quando um funcionário “é substituído por não corresponder” ao que o patrão pede. “É isso que está sendo feito. Quem exonera é o presidente”, afirma.

CURRÍCULO MAGRO

Para quem demonstra tanta força, Nabhan Garcia, 61 anos, tem um currículo magro: registra apenas dois cursos técnicos, um na área de agropecuária e outro de zootecnia. Pecuarista e agricultor, com fazendas em São Paulo e Mato Grosso do Sul, ele se tornou conhecido pelos embates travados com os sem-terra no Pontal do Paranapanema, no oeste paulista, entre os anos de 1990 e 2010. Foi nesse



período que refundou a União Democrática Ruralista (UDR), que presidiu de 2012 até se licenciar para assumir a Secretaria de Assuntos Fundiários, em janeiro deste ano. Em 2006 ele tentou (sem sucesso) se eleger deputado federal.

Nabhan se uniu a Bolsonaro quando a candidatura do então deputado era discutida num reduzido círculo de apoiadores. Na campanha andou com o então candidato pelo país, ciceroneando-o em todos os eventos ruralistas, promovendo encontros com líderes do agronegócio e ajudando a alinhar o discurso de extrema direita para o campo e o estilo radical que tem colocado o governo brasileiro na contramão do mundo em relação ao meio ambiente e às comunidades indígenas.

“ O Nabhan é impetuoso, quer que as coisas aconteçam ”

Senador ruralista Francisco Rodrigues (DEM-RR)

O secretário, no entanto, está longe de ter apoio consensual da bancada ruralista, como ficou demonstrado na escolha da deputada Tereza Cristina (DEM-MS) para comandar o Ministério da Agricultura. Ele nunca escondeu que queria o posto e chegou a admitir a amigos próximos que se sentiu desprestigiado com a nomeação para a Secretaria de



José Cruz/Agência Senad



“ Não importa o nome ou seus vínculos com a UDR. Se ele conseguir transformar a política fundiária em política de Estado e organizar o Incra, que vive uma fase de extinção e está bichado, não tenho nada contra. Mas até agora nada aconteceu e é claro que falta planejamento. Precisa despir a política fundiária das ideologias ”

Senador Jayme Campos

Assuntos Fundiários. Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) no período de transição, conciliadora e flexível se comparada com o grosso da bancada ruralista, Tereza Cristina tem estilo oposto ao do secretário.

Um assessor do ministério ouvido pela **Pública** contou que a incompatibilidade entre a ministra e Nabhan é um segredo de polichinelo: embora não aborde essas questões em público, a ministra “tolera” Nabhan Garcia com certo esforço, mas já reclamou, inclusive a Bolsonaro, do voluntarismo de um subordinado que “atravessa” a hierarquia por se achar amigo do presidente.

A ministra não tem força política para demitir o subordinado. O que mais pesa nos argumentos de Tereza Cristina, uma próspera proprietária

rural, são os prejuízos que Nabhan Garcia e seu radicalismo contra opositores, afinal, incorporado ao discurso governista, possam provocar ao agro-negócio. O secretário, que já declarou não desgrudar de armas nem para dormir, foi um dos assessores que influíram na decisão do presidente em bancar a lei que estende o porte de armas a todo o perímetro de propriedades rurais. A reivindicação tinha o apoio também do chefe da Casa Civil do Planalto, Onyx Lorenzoni.

Ainda assim, boa parte dos membros da bancada ruralista tende a perdoar os seus “excessos”. “O Nabhan é impetuoso, quer que as coisas aconteçam”, afirma o senador ruralista Francisco Rodrigues (DEM-RR), para explicar a interferência do secretário em autarquias cujas decisões, por liturgia ou prerrogativa, pertencem aos ministros. “Sua função é fazer a regularização fundiária de forma republicana. Não creio que vá além do que quer o presidente”, diz Rodrigues.

“Não importa o nome ou seus vínculos com a UDR. Se ele conseguir transformar a política fundiária em política de Estado e organizar o Incra, que vive uma fase de extinção e está bichado, não tenho nada contra. Mas até agora nada aconteceu e é claro que falta planejamento. Precisa despir a política fundiária das ideologias”, diz o senador Jayme Campos (DEM-MT).

A UDR DE NABHAN

O secretário ficou conhecido por pregar o radicalismo que resultou em vários conflitos no Pontal do Paranapanema em meados da década de 1990, durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Mais tarde, já como cabeça do movimento de refundação da UDR, em 2003 chegou

a ter seu nome envolvido em uma rumorosa prisão de um fazendeiro acusado de porte ilegal e contrabando de armas, filiado à entidade. Autuado em flagrante com nove armas de grosso calibre e de uso exclusivo das Forças Armadas, o pecuarista Manoel Domingues Paes Neto relatou à Polícia Federal (PF) que Nabhan, com touca ninja encobrendo o rosto, óculos escuros e boné, estava entre fazendeiros e seguranças que se deixaram fotografar portando armas de grosso calibre pelo jornal *O Estado de São Paulo*, “para assustar o MST e inibir as invasões de terra no Pontal do Paranapanema”. Esse depoimento foi lido pelo ex-relator da CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) da Terra, João Alfredo (Psol-CE), que concluiu haver “fortes indícios de que Nabhan Garcia e outros proprietários rurais do Pontal do Paranapanema estimulam a organização de milícias privadas”. Esse relatório acabou derrotado e se transformou num voto separado, prevalecendo o relatório paralelo do deputado Alberto Lupion (DEM-PR).

Os documentos da mesma CPMI mostram que na época o secretário usou a estrutura jurídica da UDR para defender Paes Neto, que era filiado à entidade. Entre a prisão e sua oitiva ao Ministério Público Federal, Paes Neto mudou radicalmente o teor das declarações: afirmou que foi pressionado e espancado por policiais encapuzados e livrou o presidente da UDR de responsabilidade. Mas não mostrou nenhuma evidência da agressão.

Ao prestar depoimento à CPMI em 2005, Paes Neto reafirmou que Nabhan Garcia não tinha responsabilidade pelas armas. Ouvida pelos parlamentares, a delegada Mirian Takano Omori, da PF, que tomou o



**PARA RAUL JULGMANN,
EX-MINISTRO DO
DESENVOLVIMENTO
AGRÁRIO, AS POSTURAS
ADOTADAS POR NABHAN
GARCIA NÃO AJUDAM
NA SOLUÇÃO DAS
DEMANDAS DO CAMPO**

depoimento, desmentiu o fazendeiro: disse que ele citou o nome de Nabhan espontaneamente antes que a prisão em flagrante fosse formalizada e, no mesmo dia, após ser indiciado, foi submetido a exames de corpo de delito. No depoimento à CPMI a delegada lembrou que o laudo confirmou que o fazendeiro não apresentava sinais de nenhum tipo de agressão.

Dirigente do MST no Pontal do Paranapanema durante os embates com a UDR, Gilmar Mauro, coordenador nacional, estima que atualmente 4 milhões de famílias de trabalhadores rurais estão fora do campo em decorrência do desemprego e da paralisação do processo de distribuição de terras. Destas, 90 mil vivem em acampamentos de lona preta às margens de rodovias em diferentes regiões. Realista, Mauro diz que não espera do governo Bolsonaro nenhum gesto de abertura de diálogo ou iniciativa de reforma agrária e avalia que a liberalização do porte de arma fortaleceu a pistolagem, aumentando consideravelmente a tensão no meio rural.

“Sabemos bem como são as milícias, mas não nos expomos. O problema social agravado pela crise econômica prolongada determinará o limite e forma de luta. Nós não



inventamos as ocupações”, diz, num recado sutil sobre a possibilidade de retomada as invasões. Mauro diz que, enquanto define que não haverá desapropriação de terras para a reforma agrária, o governo abre as portas para a legalização da grilagem por meio da regularização autodeclarada. “Passa-se da grilagem para a pilhagem de terras devolutas”, diz, preconizando uma nova onda de invasão por médios e grandes proprietários em terras devolutas na Amazônia Legal.

Ministro da Reforma Agrária de FHC, em cuja função atuou no Pontal do Paranapanema, Raul Jungmann – que sempre foi crítico ao MST – diz que a postura de Nabhan enquanto presidente da UDR e as posições que ele tem adotado no governo Bolsonaro não ajudam na solução das demandas do campo. “Para resolver e encaminhar o conflito fundiário, é necessário não ter lado e ser técnico. São precondições para o equilíbrio nas decisões e o não acirramento das tensões”, diz o ex-ministro.

DOIS ANDARES DE TERRA

A grilagem e as fraudes geraram na Amazônia Legal índices tão altos de sobreposição de propriedades que, pelos registros em cartórios em alguns municípios, deveriam ter dois andares de terra. Por essa razão, na hipótese de vingar a proposta da regularização fundiária por autodeclaração, os técnicos do Incra recomendam como imprescindível checar *in loco* todas as informações e os limites corretos de cada área. “O modelo autodeclaratório pode ser viável, mas se vier acompanhado de estrutura robusta de inteligência, um corpo técnico de fiscais aptos a enxergar inconformidades e se houver integração entre

as diversas bases de dados das instituições governamentais”, afirmou à **Pública** o engenheiro cartógrafo Miguel Pedro da Silva Neto, um dos criadores do Sistema de Gestão Fundiária do Incra.

“É difícil o Estado sair à procura de pessoas. A regularização autodeclarável é rápida, com um custo muito menor, e ao mesmo tempo mostra o respeito que esse governo tem para com o produtor. É desburocratizar para resolver uma pendência fundiária que está aí há quatro ou cinco décadas”, rebate o secretário. Seu argumento é controverso: ele compara o procedimento ao já adotado na declaração do Imposto de Renda, no Imposto Territorial Rural (ITR) e no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

O modelo do CAR, com 6 milhões de áreas cadastradas nos últimos sete anos, segundo o engenheiro, apresenta baixíssimo índice de validação por não contar, como a Receita Federal, com estrutura de inteligência que permita comprovação, o que, em vez de solucionar, pode potencializar as tensões. “Sem validar o que foi declarado, não há como regularizar e isso pode aumentar os conflitos”, afirma Silva Neto.

O secretário garante, no entanto, que onde houver terra devoluta com ocupante afirmando que está na área “de forma mansa e pacífica” o governo vai regularizar. Segundo o Instituto Imazon, dos 886 quilômetros quadrados de florestas desmatadas na Amazônia Legal até agosto deste ano (63% a mais comparado com o mesmo período de 2018), 48% ocorreram em áreas privadas ou sob diferentes estágios de posse. É nesse grupo que se encontram produtores rurais que, arregimentados por Nabhan Garcia,

A GRILAGEM E AS FRAUDES GERARAM NA AMAZÔNIA LEGAL ÍNDICES TÃO ALTOS DE SOBREPOSIÇÃO DE PROPRIEDADES QUE, PELOS REGISTROS EM CARTÓRIOS EM ALGUNS MUNICÍPIOS, DEVERIAM TER DOIS ANDARES DE TERRA

engrossaram o cinturão de apoio ruralista ao então candidato Jair Bolsonaro, como mostra o caso de Nova Bandeirantes.

NOVA BANDEIRANTES E A QUEDA DO GENERAL JESUS

No meio da crise que derrubou o general Jesus Corrêa, o Incra concluiu um levantamento de campo sobre a Gleba Japurana, no município de Nova Bandeirantes, no norte do Mato Grosso, ocupada por 426 famílias de pequenos agricultores que há mais de



duas décadas aguardam a regularização, que depende da desapropriação e indenização dos proprietários. Em 2017, durante o governo Michel Temer, foram liberados cerca de R\$ 42 milhões para indenizar parte dos proprietários, todos eles da família Dallagnol, incluindo o pai e tios de Deltan, o procurador da Lava Jato. Outras 14 famílias, que também cederam as terras em regime de comodato, também teriam que ser indenizadas, o que exigirá a liberação de pelo menos o dobro do que foi até agora reservado aos Dallagnol.

Com um passivo de irregularidades, Nova Bandeirantes é o retrato da colonização que Nabhan Garcia defende. O município foi criado no início da década de 1980 pela família Meneghel, chefiada pelos irmãos Serafim e Daniel, que deixaram o Paraná para colonizar o norte do Mato Grosso. No ano passado, Serafim Meneghel chegou a emprestar um jatinho para traslado do então candidato a vice Hamilton Mourão. A família Meneghel tem terras com pendências de regularização em Nova Bandeirantes e outros municípios do norte mato-grossense.

Numa mensagem pelo aplicativo de WhatsApp, dirigida a um grupo pequeno de amigos e servidores de confiança, o general Jesus Corrêa disse que deixava o Incra no momento em que iniciava o trabalho mais complexo, atacando as 30 superintendências, “onde há, em algumas delas, verdadeiras organizações criminosas instaladas”. Ele citou as superintendências de Mato Grosso e Rondônia como as mais problemáticas e disse por que acha que caiu: “Como estávamos contrariando interesses e agindo com ética



e honestidade, passamos a ser pedra no sapato”, disse.

Mais explícito, o coronel Marco Antônio dos Santos, que ocupava a Diretoria de Gestão do Incra, disse à revista *Crusoe* que o grupo foi demitido, não por demora na regularização, como argumentou o secretário, mas por contrariar seus interesses. “Caímos porque incomodamos Nabhan Garcia e seu grupo, que é um pequeno segmento da bancada ruralista. Eles julgavam que nós não estávamos atendendo as titulações de terra que ele pedia. Titulação em cima do grupo dele. Sempre queria que titulasse fazendas etc. Nunca disse para titular as pessoas assentadas em programa da reforma agrária”, disse, segundo a revista.

Nos 40 minutos de entrevista à **Pública**, feita antes da crise que derubou o general Jesus Corrêa, Nabhan Garcia irritou-se várias vezes, especialmente quando questionado sobre a forte influência da bancada ruralista na Funai. “Como ignorar uma bancada que tem 305 parlamentares?”, disse. No final, encerrou a entrevista rispidamente, contrariado com perguntas sobre a falta de agenda governamental para entidades indigenistas e movimentos que lutam pela terra. A **Pública** encaminhou novas perguntas sobre a reação dos militares que deixaram o Incra e sua participação nos conflitos no Pontal do Paranapanema, mas o secretário não respondeu.

VOLTA DA FUNAI?

Em agosto, Nabhan Garcia sofreu uma amarga derrota no STF com a cassação da prerrogativa de interferir em questões cruciais para a bancada ruralista, como a identificação e demarcação de terras indígenas. A

atribuição estava vinculada à pasta da Agricultura, mas o STF a mandou de volta ao Ministério da Justiça junto com a estrutura da Funai. Ou seja, legalmente, Nabhan Garcia não pode interferir em demarcação.

As idas e vindas da Funai por ministérios são vistas pelo coordenador da Organização dos Povos Indígenas de Rondônia, Noroeste do Mato Grosso e Sul do Amazonas (Opiroma), José Luiz Kassupá, como um sinal de que o governo pode tentar devolver a autarquia para o comando de Nabhan Garcia por meio de uma nova medida provisória. “Ele [Nabhan Garcia] enxerga a gente como entrave ao desenvolvimento. Parou as demarcações num momento em que vários povos estavam pedindo áreas que ficaram de fora de processos homologados anteriormente.

Enquanto isso, no Congresso tem mais de cem projetos que retiram direitos dos índios em debate para reduzir terras e abrir para a exploração”, diz Kassupá.

Segundo ele, há relatos de que até antigas aldeias ocupadas por grupos isolados são destruídas com a finalidade de descaracterizar áreas de uso indígena tradicional e, assim, reduzir o território indígena para legalizar invasões. E afirma que o Incra vem fazendo levantamentos em locais ocupados por pequenos posseiros dentro de territórios indígenas e áreas florestais protegidas com a finalidade de regularizar posses ilegais. “Já vimos isso: falam que é para os pequenos e depois passam para os latifundiários.”

Com a decisão do STF que cassou sua prerrogativa, Nabhan Garcia diz, no entanto, que só atua no tema da produção agrícola em áreas indígenas. Quem acompanha a vida das etnias diz



que não é bem assim. “Nos bastidores Nabhan Garcia continua articulando. Ele procura os grupos favoráveis ao governo, aos quais oferece benefícios e cargos na Funai para desarticular o movimento indígena contrário à mineração e à exploração agropecuária por terceiros em terras indígenas”, disse à **Pública** o novo secretário-executivo do Conselho Missionário Indigenista (Cimi), Eduardo Cerqueira de Oliveira.



O secretário-executivo do Cimi afirma que o universo cooptado pelo governo não passa de 1% das lideranças indígenas. As demais, segundo ele, não são recebidas por autoridades responsáveis pela Funai. Nabhan Garcia dá de ombros: “A maior riqueza mineral do Brasil está na Amazônia. Vai manter o índio na ociosidade? No interesse de quem? De ONGs escusas que estão

aí? Ninguém pode impedir que o índio faça o seu garimpo, produza, plante e colha”.

Para as entidades, Nabhan Garcia como gestor agrário e indigenista é, no mínimo, sinal de complacência do governo com o segmento atrasado do agronegócio e de retrocesso nos direitos dos povos tradicionais. “É como a raposa tomando conta do galinheiro”, diz Oliveira. ●

SEGUNDO KASSUPÁ, NO CONGRESSO TEM MAIS DE CEM PROJETOS QUE RETIRAM DIREITOS DOS ÍNDIOS EM DEBATE PARA REDUZIR TERRAS E ABRIR PARA A EXPLORAÇÃO



Ei homens, precisamos falar sobre a saúde de vocês!

No Brasil, uma pesquisa recente mostrou que 59% dos homens não costumam ir ao urologista. Campanha Novembro Azul tenta mudar esse número por meio da conscientização





● Da Redação

Em nome da saúde masculina, novembro é conhecido como o mês azul. A campanha é celebrada nacionalmente e o intuito é um só: chamar a atenção dos homens, principalmente, para a prevenção ao câncer de próstata. O Instituto Nacional do Câncer (Inca) estima que um em cada seis homens desenvolverá este tipo de câncer durante a vida.

Sem considerar os tumores de pele não melanoma, o câncer de próstata é o mais incidente entre os homens no Brasil. Somente para este ano, são estimados 68,2 mil novos casos de câncer de próstata, de acordo com o Inca. A cada dia, 42 homens morrem em decorrência deste tipo de câncer, segundo o Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) do Datasus (2017).

O risco aumenta significativamente após os 50 anos, correspondendo a 40% dos tumores nessa faixa etária, segundo a Sociedade Brasileira de Urologia (SBU). Apesar de ser um dos tipos de cânceres mais comuns entre a população masculina, o câncer de próstata é considerado altamente tratável se detectado de forma precoce. O diagnóstico prematuro permite que até 90% dos pacientes sejam tratados e curados da doença. Por isso é importante atentar-se às dicas a seguir.

CONSULTAS EM DIA

Uma pesquisa recente realizada pela revista Saúde e o Instituto Lado a Lado pela Vida, mostrou que 59% dos homens entrevistados não costumam ir ao urologista. Para manter o monitoramento correto, é indicado manter idas periódicas ao urologista. “São raros os casos que o paciente



apresenta sintomas iniciais quando é acometido pela doença, por isso é preciso manter o acompanhamento periódico”, diz o urologista Rafael Buta, reforçando a importância do diagnóstico precoce.

SAIBA SEU RISCO

O indicado pela SBU é que todos os homens a partir dos 50 anos procurem um urologista para definir a rotina de avaliação. Além do fator de idade, pesquisas mostram ainda que os homens negros são 60% mais propensos a terem câncer de próstata. Sobrepeso e obesidade também são fatores de risco. Entretanto, o histórico familiar e alterações genéticas desempenham um papel importante na probabilidade de um homem desenvolver a doença.

Caso o paciente tenha algum dos indicadores de risco, o ideal é procurar o médico a partir dos 45 anos.

O DIAGNÓSTICO

O câncer de próstata pode ser identificado a partir de um exame de sangue para dosar o PSA (Antígeno Prostático Específico) - uma proteína que a próstata produz e que é liberada de forma contínua em pequenas quantidades no sangue. “Se constatadas elevações na dosagem do PSA, é provável que exista alguma alteração na próstata e será preciso uma investigação mais apurada”, explica Rafael Buta. Além de dosar o PSA, é imprescindível também o exame físico da próstata. Identificadas alterações, o procedimento é fazer uma ressonância

Arquivo pessoal

XÔ PRECONCEITO!

Apesar do grande esforço mundial em prol da conscientização sobre a importância de o homem cuidar da própria saúde, fazer o exame de próstata, principalmente o de toque, ainda é um tabu que os afasta dos consultórios, como explica o urologista Tiago Serra. “Além da vergonha de ir ao médico, quando chegam à consulta dizem ter medo do procedimento. A verdade é que ele necessário, é simples e rápido. Ao fim, sempre se surpreendem e perguntam ‘era só isso, doutor?’”, conta.



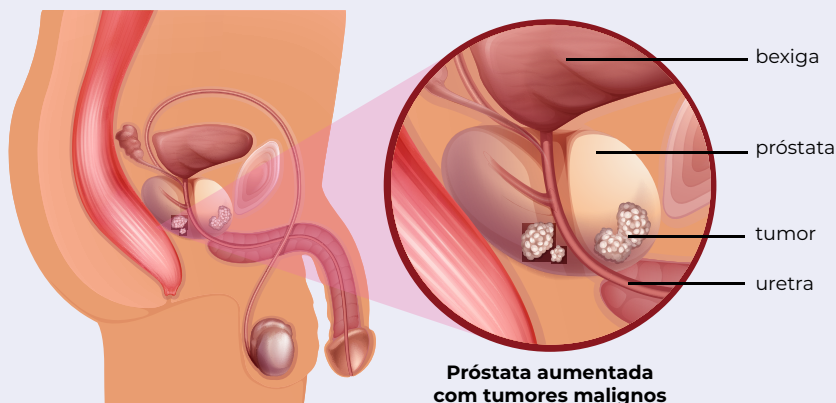
e também uma biópsia da próstata - na qual são retirados pequenos fragmentos que serão analisados pela patologia. Depois deste passo será possível saber o que está causando a alteração na glândula.

NOVIDADES NO TRATAMENTO

Quando diagnosticado, antes de definir o tratamento indicado para o câncer de próstata é preciso identificar o tipo de tumor e em que grau ele está. “O estágio da doença será definido pela biópsia. Em seguida, o tratamento é definido. A cirurgia, por exemplo, teve uma evolução muito grande e pode ser feita roboticamente, aumentando as chances de recuperação funcional, como aquele medo que o paciente tinha de impotência ou incontinência”, explica o médico uro-oncologista, Carlos Watanabe. ●

O QUE É O CÂNCER DE PRÓSTATA?

A próstata é uma pequena glândula nos homens que fica localizada abaixo da bexiga e que envolve a uretra – canal que liga a bexiga ao orifício externo do pênis. O câncer de próstata se desenvolve quando ocorre crescimento e reprodução anormais de células desta glândula. O tumor cresce de forma lenta e, nas fases avançadas, pode trazer sintomas como a presença de sangue na urina ou no sêmen.





Um país de Coringas

O filme “Coringa” estreou recentemente no Brasil e tem provocado muitos comentários por diversas razões distintas. Seja por questões políticas, sociológicas ou psicológicas, a obra permite uma série de reflexões sobre a humanidade, em geral, e sobre o Brasil, em particular. O desconforto que a película produz em parte da plateia é algo a ser observado com atenção.

O protagonista que dá nome ao título é alguém desequilibrado mentalmente que, após ficar muito tempo calado, sendo submetido a situações de humilhação, explode em fúria. Quando isso ocorre, ele passa a apostar no caos, divertindo-se com a balbúrdia e galvanizando a atenção de uma turba ensandecida na cidade. A semelhança com a vida pública brasileira é evidente, independentemente de qual orientação ideológica esteja no poder. Seja à esquerda ou à direita, as figuras políticas estão primando pela adoção de posturas desarrazoadas há mais de quinze anos, sentindo-se legitimadas pelo apoio fanático de parte da população, dado o caráter personalista da comunidade nacional. A espetacularização do mal realizada pelo Coringa, durante uma cena em que é entrevistado na TV, guarda semelhança com a atitude ostensiva de desprezo a certo grau de decoro exigido pelo cargo ocupado por alguns líderes nacionais, fenômeno especialmente observado após o fim da gestão de Fernando Henrique Cardoso.

Sob o prisma psicológico, interessa observar a postura do palhaço magistralmente interpretado por Joaquin Phoenix, sob a direção de Todd Phillips. Em certo momento, o ressentimento e a frustração que o protagonista carrega dentro de si explodem em violência, exteriorizada em atos extremos, aceitos por parte da coletividade, a qual o idolatra. Há uma mudança de paradigma em que aquilo que era errado passa a ser o novo certo, dada a influência multiplicadora da ação do Coringa. Tal fenômeno também é observado em território nacional, no campo social e político.

Socialmente, a parcela da população que não foi ouvida durante muito tempo em questões econômicas e de costumes assomou no cenário da disputa por poder, vociferando o ressentimento que, até então, reprimira. Assim como o protagonista do filme muda seu comportamento (inclusive fisicamente, pois em vez da postura encurvada, passa a caminhar de modo mais ereto) quando tem acesso ao poder materializado em uma arma de fogo, a chegada ao cume político pela esquerda ou pela direita tem evi-

denciado a inabilidade em manter um canal de diálogo permanente e com fins republicanos com o interlocutor do campo oposto.

Isso não significa que chegarão a um consenso, mas permite a ventilação dos canais democráticos, algo em falta no Brasil há muitos anos. Quando o Coringa pinta não só o rosto, mas a própria língua, ele internaliza a personagem. Esse é o perigo a que está exposta a sociedade, quando solta seus monstros antes reprimidos e veste a máscara do mal, como demonstram as redes sociais e o ambiente político pós-FHC.

Último ponto a ser analisado diz respeito à influência que o filme pode produzir nas pessoas a partir da interpretação sobre a relação entre o personagem principal e o meio no qual está inserido.

Diferentemente do que se tem dito, Coringa não é vítima da sociedade, a

qual apenas aciona gatilhos para sua explosão, com a imposição de dificuldades severas de sobrevivência, inclusive de modo violento em determinados momentos. Ele não é, de modo algum, inocente, ficando claro desde o início o distúrbio comportamental do protagonista.

A ideia de que a película pode fomentar atos ilícitos tem um pressuposto equivocado: que o bom se torna mau meramente pela indução por fatores externos, sem considerar a semente do mal inerente a todos os seres humanos. Não é um ser “do bem” que altera sua essência, mas alguém

“ Socialmente, a parcela da população que não foi ouvida durante muito tempo em questões econômicas e de costumes assomou no cenário da disputa por poder, vociferando o ressentimento que, até então, reprimira”



que não sabe lidar com as dificuldades existenciais. Como consequência preocupante da referida crítica, pode haver tentativa de censura à liberdade de expressão, supostamente pelo efeito que a ficção poderia causar sobre a realidade. Tal fenômeno é típico de uma sociedade que retira a responsabilidade dos seus indivíduos, infantilizando-os.

Violência simbólica da arte é catarse, forma de vaziar a violência que cada um traz dentro de si, de modo potencial,

sem ter que materializá-la. O incômodo, talvez, seja provocado pelo fato de que o espectador é obrigado a ver seu reflexo no espelho. Se a imagem não é boa, a tendência, narcisicamente, é repeli-la. ●

Elton Duarte Batalha é professor de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Advogado. Doutor em Direito.



Como a Lei Geral de Proteção de Dados vai impactar o mercado?

Lei nº 13.709/2018 regula as atividades de tratamento de dados pessoais e também altera artigos 7º e 16º do Marco Civil da Internet

● Da Redação

Depois de quase uma década, a Lei Geral de Proteção de Dados foi publicada. A aprovação do projeto se deu por uma forte pressão externa desde a denúncia feita contra a Agência de Segurança dos Estados Unidos da América, em 2013. A acusação gira em torno de um possível sistema de vigilância global.

Para Alex Valadares, especialista em direito empresarial, a ausência de regulamentação específica não impediu que diferentes empresas fossem investigadas. “A investigação não precisa, necessariamente, de uma lei para ocorrer. Apesar de encontrarmos algumas regulamentações sobre o assunto, como é o caso do Código de Defesa do Consumidor e Lei de Acesso à Informação, não tínhamos até então uma lei específica sobre o tema”, diz.

Segundo o advogado, a nova lei fará com que empresas tenham mais segurança no tratamento de dados pessoais. “Empresas terão mais segurança nos limites e regras no tratamento de dados pessoais, além dos titulares terem maior controle sobre o uso de suas informações. É importante ressaltar que a lei não é proibitiva, mas demanda que tudo que tratar sobre dados pessoais devem passar por uma revisão e procedimentos adequados”, explica.

É válido ressaltar que se o agente responsável não estiver de acordo com os termos da LGPD, poderá sofrer sanções. “O agente deve estar em conformidade com os termos da lei. Se não estiver, poderá sofrer sanções administrativas, que vão desde advertências até multas que podem alcançar a escala de 2% de seu faturamento, limitado a R\$ 50 milhões, além de poder ser civilmente responsabilizado pelos danos causados”, conclui.



Controle Patrimonial: aliado dos gestores e do fisco

A importância do controle patrimonial sempre existiu, entretanto passou a ser mais relevante, após a mudança na legislação contábil em 2007 com a lei 11638/07. Geralmente o maior patrimônio das empresas (riqueza) é contemplado por bens que devem ser controlados por meio do Controle Patrimonial, (apenas exemplificando numa indústria o volume de máquinas produtivas, moldes, ferramentas, móveis, veículos, equipamentos de informática, entre outros; como saber o valor a localização o estado de conservação, entre outras informações). O Controle Patrimonial quando utilizado como ferramenta de Gestão relata essas e outras mais informações.

Existe a obrigação do controle patrimonial, entretanto, é desconhecida por parte dos gestores, uma vez que o Fisco pode vir a cobrar informações que somente serão possíveis de serem obtidas com a Gestão Patrimonial e muitas vezes, esses “controles” são realizados com planilhas de Excel, passíveis de erros e vulneráveis a alterações.

O Controle Patrimonial é uma ferramenta de Gestão utilizado por empresas públicas ou privadas que visa controlar de forma analítica os bens do Ativo Imobilizado (Máquinas, Veículos, Móveis e Utensílios, Equipamentos de Informática, Edifícios, Terrenos, entre outros), esse controle pode ser feito de forma gerencial somente ou também visando atender a legislação (Contábil) onde os bens são controlados fisicamente e monetariamente.

Os conceitos de Gestão estão a cada dia se atualizando, a transparência, sustentabilidade entre outros valores são cada vez mais conceituados no mercado de forma geral.

O Controle Patrimonial prioriza a transparência, o controle do Patrimônio da empresa, focando e lógico a atualização sempre que houver a necessidade, é possível

obter informações de volume e monetárias por unidades/plantas, entre outras.

O controle patrimonial independente de qual seja a ferramenta utilizada somente tem a agregar a Gestão, entretanto, o Controle Patrimonial, além de uma ferramenta de apoio a Gestão é também uma ferramenta de apoio/suporte das informações ao Fisco, isso porque, mensalmente empresas se beneficiam da Depreciação Contábil

(benefício fiscal), entretanto, não ter de forma analítica a composição dos valores contabilizados no Resultado da empresa pode com certeza trazer sérias complicações fiscais a empresa no que diz respeito a tributação de IRPJ e CSLL.

A grande vantagem que após a implantação do controle patrimonial é fácil a manutenção e pode ser administrada pela equipe interna (geralmente a Contabilidade ou Controladoria na empresa) a vantagem é que é possível administrar com precisão os bens utilizados por centro de custos, a manutenção identificada por planta ou mesmo centro de responsabilidades, além de poder cobrar os gestores baseado no Controle Patrimonial.

Atualmente auditorias, órgãos de fiscalização pública (tribunal de contas federal/estadual e municipal) e organizações certificadoras (ISO, ONA, entre outras) exigem que as empresas auditadas/certificadas apresentem laudos e controles patrimoniais realizados por empresas independentes para que possam validar e dar credibilidade aos certificados e demonstrativos a serem publicados.

QUAL É O RISCO DE NÃO FAZER O CONTROLE PATRIMONIAL?

O Fisco Federal tem o compromisso de não aumentar a carga tributária, diante disso, a possibilidade de fazer valer o cumprimento das leis atuais e em contrapartida

“ Os conceitos de Gestão estão a cada dia se atualizando, a transparência, sustentabilidade entre outros valores são cada vez mais conceituados no mercado de forma geral”

somente beneficiar os contribuintes que se beneficiam da lei de forma correta, faz com que o Controle Patrimonial tenha ganhado relevância nos últimos anos. Somente estará amparado legalmente com os benefícios da Depreciação Contábil, quem tiver o Controle Patrimonial para justificar as despesas de depreciação por itens mensalmente.

COMO O CONTROLE PATRIMONIAL PODE AFETAR O PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO DA EMPRESA?

A Depreciação é um Custo/Despesa fixa da empresa, sua gestão é fundamental no dia a dia e também no planejamento orçamentário, visto que de posse do devido controle é possível definir se a empresa tem capacidade de expandir seu processo produtivo com os itens atuais ou necessitará de mais investimentos, além também de entender os benefícios que a empresa pode ter com a depreciação acelerada quando optar por utilizar 2º ou 3º turno, ou se beneficiando de benefícios (incentivos fiscais) da depreciação acelerada.

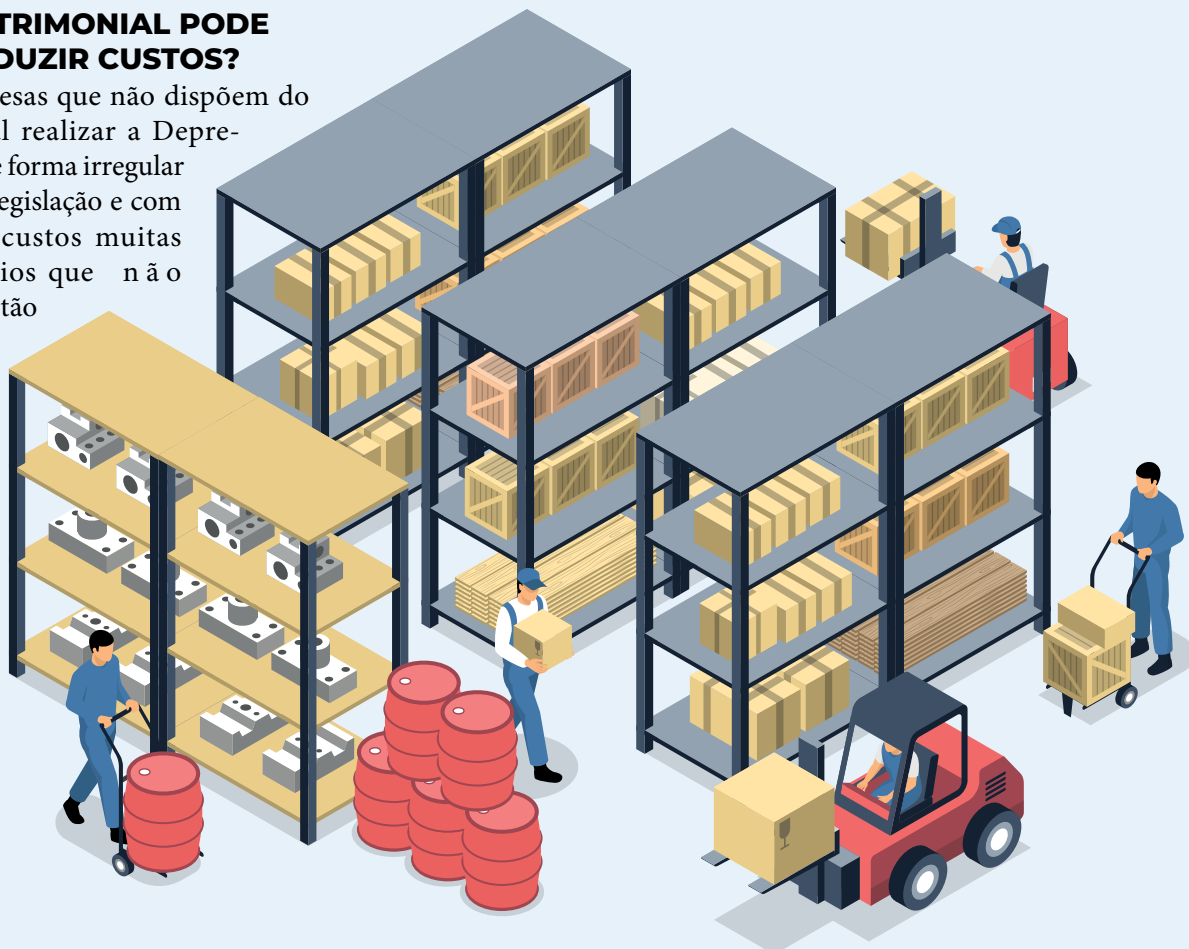
O CONTROLE PATRIMONIAL PODE ATUAR PARA REDUZIR CUSTOS?

É comum as empresas que não dispõem do Controle Patrimonial realizar a Depreciação mensalmente de forma irregular no que diz respeito à legislação e com isso aumentar seus custos muitas vezes com patrimônios que não mais existem ou que estão em outras unidades, com isso destoando apurações em plantas diferentes. O devido Controle do Ativo Imobilizado da maior precisão a apuração dos custos e despesas das empresas para formação do preço de venda e também a devida apuração de resultado.

COMO É FEITO O CONTROLE PATRIMONIAL?

O ideal é que a implantação seja realizada por empresas especializadas, para que as informações básicas necessárias sejam implementadas de forma padronizada. Uma vez em funcionamento o Controle Patrimonial pode e deve ser administrado pela equipe interna da empresa, entretanto para empresas que costumam ter movimentações relevantes (compras, baixas e transferências entre centros de custos ou unidades) é importante que seja realizado uma vez ao ano ou no máximo uma vez a cada dois anos um inventário para a atualização e validação da base Patrimonial.

Walber Almeida Xavier de Sousa é sócio da AXS Consultoria Empresarial, Consultor e Assessor em Gestão Empresarial e Conselheiro Empresarial. Formado em Ciências Contábeis, possui pós-graduação em Contabilidade Gerencial e Controladoria e MBA em Gestão Empresarial.





Flávio Dino explica o que fará pela segurança das terras indígenas do Maranhão

Em entrevista à Pública, governador detalha atuação de força-tarefa criada para acompanhar a segurança pública nas TIs do estado e critica “política isolacionista” de Bolsonaro

● **Ciro Barros**

Agência Pública

No último fim de semana, durante a inauguração de duas escolas indígenas e um restaurante popular no município de Jenipapo dos Vieiras, a 500 quilômetros da capital maranhense, São Luís, o governador do estado, Flávio Dino (PCdoB) conversou com a Agência Pública a respeito da criação da FTVida, uma força-tarefa lançada pelo governo do Maranhão para acompanhar de maneira sistemática questões relacionadas à segurança dos povos indígenas.

A FTVida foi lançada pelo governo do estado após o assassinato de Paulo Paulino Guajajara, emboscado por madeireiros no último dia 1º de novembro no interior da Terra Indígena Arariboia, no sul do Maranhão. “Nós instituímos isso porque nós percebemos que, infelizmente, os povos indígenas estavam ficando com um encargo que ultrapassa as suas responsabilidades”, afirma Dino, que promete uma

atuação efetiva de acompanhamento de situações de violência vivenciadas pelos povos indígenas.

Segundo a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), 13 indígenas morreram nos últimos anos no estado em conflitos agrários com madeireiros – e nenhuma morte foi esclarecida. Na entrevista, Dino criticou a falta de disposição ao diálogo do governo federal. “O governo federal, por sua visão ideológica, pratica uma política muito isolacionista e muito belicista”, avalia.

Como vai funcionar a força-tarefa de proteção aos povos indígenas?

FLÁVIO DINO – Quando nós assumimos o governo, nós fizemos algumas reuniões com as lideranças indígenas. Embora o núcleo da política indígena no Brasil seja federal – está no artigo 109 e no 231, são terras da União –, em 2016 já percebíamos que havia essa demanda e constituímos uma coordenação de políticas públicas indígenas para tratar daquilo que o Estado pode

ajudar. Nós chamamos de Coepi, que é a Coordenação Estadual dos Povos Indígenas. No ano passado, assinei um plano decenal que é fruto do trabalho da Coepi. Ou seja, nós temos um processo de aproximação do Estado a essa temática mesmo sabendo que nós não podemos substituir a ação federal. Em seguida, passamos a examinar esse tema da segurança. Estabelecemos o seguinte: havendo solicitação formal dos órgãos federais, nós estabelecemos um acordo de participação. Por exemplo, combate a incêndios. Nesse momento, por exemplo, nós temos bombeiros e helicópteros nossos dentro das terras indígenas, mas por uma solicitação da Funai e do Ibama, que são órgãos federais. Quando houve esse homicídio recente, dei um passo a mais: criamos uma força tarefa permanente com um corpo de policiais militares, policiais civis e bombeiros com esse espírito de agir em parceria com os órgãos federais. Nós instituímos isso porque percebemos que, infelizmente, os povos indígenas estavam ficando com um

**“ Nós percebermos
que os povos indígenas
estavam ficando com um
encargo que ultrapassa as
suas responsabilidades”**





encargo que ultrapassa as suas responsabilidades. Esse trabalho dos Guardiões [da Floresta] acabou ficando muito solitário por falta de uma articulação com os órgãos federais que são responsáveis por essa temática. Então, qual é o sentido do decreto: a força-tarefa vai ser instalada no [próximo] dia 18, já com o anúncio dos policiais que vão participar dela, e nós vamos comunicar os órgãos federais, vamos comunicar os povos indígenas e vamos fazer uma ação de integração com os Guardiões.

Nós não podemos entrar nas terras indígenas, mas podemos orientar os Guardiões, estabelecer um protocolo de comunicação com eles e ajudar como ajudamos nesse episódio [do assassinato de Paulo Paulino Guajajara]. Nós instauramos um inquérito policial e fizemos as primeiras investigações enquanto a Polícia Federal não instaurava o seu próprio inquérito, a proteção do indígena ferido [Laércio Guajajara]. O espírito do decreto é estreitar as relações com os órgãos federais, que nós esperamos que eles superem essa atitude distante que eles têm atualmente e, sobretudo, com os povos indígenas. Esse é o espírito da força-tarefa. Nós esperamos que isso resulte no fato de eles não se sentirem sozinhos. Mas eu queria sublinhar que não é uma coisa de agora. É um processo que começou em 2015.

A situação de ameaça a eles é grave, temos 20 indígenas incluídos no Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos (PPDDH) do Maranhão. Como tem sido o diálogo com o

“O governo federal, por sua visão ideológica, pratica uma política muito isolacionista e muito belicista. De modo geral, e não só no governo do Maranhão, há um distanciamento em relação aos estados”

governo federal para enfrentar essa questão?

FÁVIO DINO – Infelizmente, nessa temática e praticamente em todas as outras, não existe diálogo. O governo federal, por sua visão ideológica, pratica uma política muito isolacionista e muito belicista. De modo geral, e não só no governo do Maranhão, há um distanciamento em relação aos estados. Veja que eles lançaram uma proposta de pacto federativo que tem o estranhíssimo fator de que estados e municípios não foram ouvidos. Aqueles que serão chamados a pactuar não foram ouvidos, simplesmente. De modo geral, e nessa crise agora desse homicídio, não houve nenhum tipo de busca de entendimento. Eu digo pela cúpula. Na base, sim. Nós atuamos junto com os servidores do Ibama, da Funai. Eles sabem disso. Em nível governamental mesmo, lamentavelmente não há uma preocupação com essa situação indígena.

Desde 2016, 13 indígenas foram assassinados em decorrência de conflitos agrários no Maranhão. Há mortes que ocorreram, inclusive, fora das áreas indígenas e um longo histórico de impunidade relacionado a elas. Como o senhor pretende atuar para reduzir essa impunidade nos próximos anos?

FÁVIO DINO – Se você olhar o decreto, você vai ver que tem um artigo em que criei uma espécie de coordenação única para esses inquéritos quando eles forem da Polícia Civil. É importante explicar: quando o objetivo do crime estiver relacionado a direitos indígenas, dentro ou fora do território, por exemplo, numa disputa de terra, ou num caso de etnocídio, a investigação sempre será de competência federal por força do artigo 109 da Constituição. No caso de um crime comum, por assim dizer, como uma briga num bar ou alguma situação que não tenha nada a ver com os direitos indígenas, aí é competência estadual. Aí, o que eu fiz neste decreto? Uma coordenação de todos esses inquéritos. Porque o que acontece hoje? Eles tramitam em todas as delegacias nos municípios. Pelo decreto, cada inquérito instaurado que se refira a indígenas deve, obrigatoriamente, ter essa coordenação estadual – superando essa fragmentação, a gente vai ter um controle mais exato daquilo que acontece.

Algumas ações dos Guardiões acontecem em conjunto com órgãos estaduais, como o Batalhão de Policiamento Ambiental da Polícia Militar. O senhor pretende aprofundar essas ações?



FÁVIO DINO – Claro. O objetivo é exatamente esse. O que a FTVida propõe é que, em parceria com a Coepi, que é a representação dos povos, é tornar isso uma cooperação permanente. Ou seja, estreitar a parceria, sempre em função do governo federal, já que por questões legais não podemos agir sozinhos e a imensa maioria dos casos é competência federal. Mas nós queremos ter uma ação continuada, e não episódica.

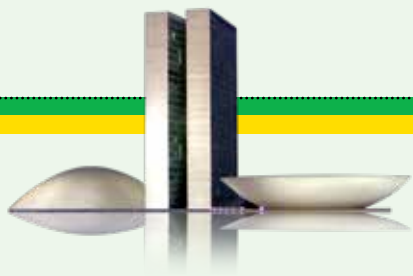
Recentemente, houve a reintegração de posse na comunidade do Cajueiro, na zona rural de São Luís. O senhor foi alvo de críticas por conta de uma atuação vista como truculenta da Polícia Militar. Diante desse episódio do assassinato do Paulino, como o senhor responde pelo governo do Maranhão sobre a relação com povos originários e comunidades tradicionais?

FÁVIO DINO – No caso do Cajueiro, há um processo na Justiça que tramita há cinco anos, esse empreendimento foi atraído pro

Maranhão antes de eu ser governante. É um empreendimento privado, num terreno privado. Há uma controvérsia judicial preexistente em torno do domínio da área. Nós acompanhamos isso a distância. O que eu podia fazer eu fiz no começo do governo: suspendi as licenças ambientais para que fosse feito um novo estudo. Foi feito esse novo estudo, e a secretaria entendeu que, partindo do pressuposto de que não há dúvida sobre a dominialidade, a licença ambiental deveria ser deferida. No que se refere especificamente ao cumprimento da ação judicial, houve mediações por parte do governo do estado ao longo dos últimos quatro anos. A crítica que geralmente é feita a nós é ao contrário, que nós temos dificuldade de cumprir reintegração de posse. Eu propus a lei na Assembleia [Legislativa] criando uma instância de mediação, com a presença de movimentos sociais e outras organizações não governamentais, que faz a mediação no caso de reintegrações de posse. Esse itinerário todo foi percorrido. Ou seja, houve a ordem judicial, houve recurso em relação a ela, o

Tribunal de Justiça confirmou essa ordem judicial, e aí estou falando de anos, e não de semanas. Depois que o Tribunal de Justiça confirmou, cientificou o juiz de primeira instância, foi para outro juiz que reiterou o cumprimento. Quando isso aconteceu, a nossa instância de mediação, que é essa coordenação chamada COECV [Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade], fez reuniões de mediação a respeito de sete famílias e, infelizmente, esgotou a mediação. Depois de várias reuniões, a COECV concluiu que a mediação estava encerrada. A partir desse momento, a polícia não tinha outra opção a não ser cumprir a ordem. A polícia foi lá, e, se você disser que ocorreram episódios que não deveriam ter ocorrido, é claro que sim, tanto que estão sendo apurados. Mas há uma visão errada de como as coisas se deram. Houve um episódio – um – em que um policial usou spray de pimenta contra uma moradora. Um episódio em sete famílias. Então essa é a situação. Nós adotamos uma atitude de diálogo com todos. Nós procuramos fazer as mediações. De um modo geral, nossa relação com os movimentos sociais e com os povos tradicionais e originários é uma relação muito boa, de ótima para excelente. Claro que pode haver críticas, mas há um respeito muito grande dos movimentos sociais com relação ao nosso governo. ●

* A entrevista é parte do projeto da Agência Pública chamado Amazônia sem Lei (<https://apublica.org/especial/amazonia-sem-lei/>), que investiga violência relacionada à regularização fundiária, à demarcação de terras e à reforma agrária na Amazônia Legal. O especial também faz a cobertura dos conflitos no Cerrado, o segundo maior bioma brasileiro.



Wilson Dias/Agência Brasil

● **BOLSONARO ANUNCIA SAÍDA DO PSL**

O presidente Jair Bolsonaro anunciou no último mês a saída do PSL, partido que o elegeu, para criar outra legenda, a Aliança pelo Brasil. Antes do anúncio, Bolsonaro recebeu, no Planalto, a vice-líder do governo no Congresso Nacional, deputada Bia Kicis (PSL-DF), e outros parlamentares da sigla. Em sua conta no Twitter, o presidente agradece “a todos que colaboraram comigo no PSL e que foram parceiros nas eleições de 2018”. Vários parlamentares eleitos pelo PSL nas últimas eleições, se filiaram ao partido por causa dos ideais do presidente. Muitos devem o acompanhar para o novo partido, que já deve lançar candidatos nas próximas eleições municipais.



Reprodução/FNA



● **SERVIDOR QUE FOR A EVENTOS SINDICAIS TERÁ DE COMPENSAR HORAS**

O servidor público que se afastar das atividades para participar de eventos sindicais terá que repor as horas não trabalhadas. Medida (Resolução Resolução nº 596) foi estabelecida pelo Conselho da Justiça Federal, no último dia 7 de novembro. O documento coloca ainda a viabilidade da ausência do servidor sob análise da chefia imediata. Segundo o texto, a nova regra tem como objetivo evitar prejudicialidades ao funcionamento do serviço público. As entidades sindicais terão também que fornecer comprovante de participação aos filiados para que seja possível justificar o período de afastamento.

Tânia Rêgo/Agência Brasil

● **SENADO TENTA ACELERAR APROVAÇÃO DA PEC PARALELA**

Com aprovação do texto, os municípios poderão adotar integralmente as mesmas regras aplicáveis ao regime próprio da Previdência Social para os servidores públicos civis da União, por meio de lei ordinária. A votação já foi adiada pelo presidente da casa, Davi Alcolumbre, duas vezes por falta quórum. O texto base já foi aprovado em primeiro turno, mas, ficaram pendentes quatro destaques rejeitados pelo relator da proposta, senador Tasso Jereissati (PSB-CE). Após discussão e votação dos destaques, a casa vota a proposta em segundo turno e encaminha a Câmara dos Deputados.





Cheiro de “Porva” no ar

Conheci um senhor idoso na minha infância, que na sua simplicidade, quando queria se referir a uma possível confusão, ia logo dizendo: “Tô sentindo cheiro de porva no ar”. Menino ainda, eu não entendia bem o que aquele ancião dizia, até que um dia meu pai me explicou: quando ele dizia “porva” queria dizer pólvora e isso ele dizia por sentir confusão à vista em algum lugar. Essa conversa, ouvi naquele tempo, que as pessoas colocavam as cadeiras na calçada quando o sol se punha e os vizinhos conversavam até chegar a hora de dormir. Essa hora variava conforme os assuntos... quando a conversa era boa, avançava até tarde, quando não, assim que a canseira batia, recolhiam-se as cadeiras e só voltavam no dia seguinte. Bons tempos!

A pólvora a que se referia aquele senhor, não era de fato a pólvora do revólver, mas ficava claro o que ele queria dizer! Se vivesse hoje aquele senhor certamente diria que tem “cheiro de porva no ar”. Explico! Pela imprensa soube que o Secretário de Cultura da cidade de São Paulo, pretende, já no início de 2020, realizar o festival “Verão Sem Censura”, onde pretende acolher todas as peças teatrais que estejam censuradas no país.

Apesar de afirmar que não será uma medida de antagonismo ao governo federal, diz que será uma resistência pela liberdade de expressão, aos ataques que a classe artística vem recebendo, não só do governo federal, mas de instituições como a Funarte e a Caixa Cultural. Afirma que será uma valorização à cultura.

Uma amostra do que será, já aconteceu: no último dia 11 de outubro em São Paulo, houve a encenação da peça “Res Pública 2023”, que havia sido vetada pela Funarte, segundo a Folha de S.Paulo de 13 de outubro de 2019. Outras peças, segundo a mesma fonte, foram censuradas: “Abraço” foi cancelada depois da estréia em Recife recentemente; “Gritos” foi suspensa - seria apresentada em Brasília; “Caranguejo Overdrive” programada para ser encenada no Rio de Janeiro, foi cancelada – seus produtores afirmam não saberem a razão e “Res Pública 2023”, fora vetada pelo

diretor da Funarte, essa que acabou estreando em São Paulo. Estamos assistindo a um verdadeiro jogo de braço!

Entretanto, o que me inquieta é o que vem pela frente! O começo de 2020 está aí e o tal festival deverá acontecer. As eleições municipais se aproximam e os seus protagonistas

querem mostrar força, principalmente se for contra o presidente Bolsonaro, nesse tema de “censura”.

Não será novidade se sentirmos “cheiro de porva no ar”. Esse assunto promete! Ideologicamente está claro que há o confronto!

O próprio jornal – Folha de S.Paulo –, aponta que o secretário de cultura, foi coordenador da juventude quando Marta Suplicy, ainda no PT (2001 a 2004), governava a cidade e que ele é o elo do prefeito Bruno Covas (PSDB) para aproximar-se da esquerda. É visível que o prefeito precisa buscar espaços, pois nas pesquisas seu nome não aparece entre

os primeiros, e nem tampouco entre os tucanos seu nome é unanimidade.

O confronto entre o prefeito e o presidente Bolsonaro está posto! O tucano já mostrou que enfrenta o presidente! Em abril passado, disse à Folha que não aceitaria tirar a expressão “golpe” dos livros didáticos, quando se referiam ao movimento dos militares em 1964. No que tange à cultura, o cabeça da chapa (João Dória) no início do governo enfrentou os grafiteiros e propôs a Virada Cultural em locais fechados, enquanto o seu vice (atual prefeito) tem um secretário propenso aos eventos culturais ao ar livre, bem como a arte de rua.

Na verdade, certamente assistiremos a Secretaria de Cultura da cidade de São Paulo insistindo com peças teatrais cujo conteúdo poderá ser contestado pelo governo federal e seus agentes. E o povo, ora o povo, vai assistir ao jogo de braço. Uns aplaudindo e outros criticando.

Se isso vai trazer a esquerda ao lado de Covas, não se sabe.

Seu avô, com quem convivi, tinha outros métodos! ●

Gilson Alberto Novaes é Professor de Direito Eleitoral no Curso de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie – “campus” Campinas, onde é Diretor do Centro de Ciências e Tecnologia.



GDF recupera R\$ 42 milhões para construir 15 creches

Disponibilizados há sete anos, recursos do FNDE quase foram perdidos. Cinco primeiras unidades serão entregues no primeiro semestre de 2020



Creches e outros centros de acolhimento à criança recebem atenção especial do GDF

● Renata Moura

Agência Brasília

 Governo do Distrito Federal corre atrás de uma solução para atender à demanda por creches, que hoje está estimada em mais de 19 mil crianças. Neste semestre, a Secretaria de Educação anunciou a oferta de 783 novas vagas na educação infantil.

Para 2020, a expectativa é ainda melhor: cinco novas creches devem ser entregues até junho. Outras cinco, no final do ano.

O edital de licitação para as obras das primeiras instalações sairá ainda neste mês, graças a uma investida do governo local para recuperar contratos de 2012, com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

“Não havia um só projeto, nada. E os prazos todos estourados”, conta a chefe da assessoria especial da Secretaria de Governo, Sueli Rodrigues.

Sueli foi quem coordenou o grupo de trabalho, que se dedicou, nos últimos meses, à elaboração processual junto ao Ministério da Educação para não perder os recursos.

“Se não tivéssemos feito esse esforço concentrado, envolvendo vários órgãos do governo, perderíamos mais de R\$ 42 milhões. Quinze creches que já deveriam estar prontas, mas ficaram esquecidas na gaveta de governos anteriores”, completa.

OUTRA HISTÓRIA

Agora, a realidade é outra. O trabalho está bem adiantado. Os terrenos para as instalações já estão definidos e os projetos arquitetônicos, elétricos e hidráulicos já estão prontos. Nessa semana, o GDF irá apresentar cinco deles no FNDE.

“Até dezembro, no máximo, a licitação estará na rua. No início do próximo ano iniciamos as obras das primeiras unidades”, prevê.

O primeiro lote vai contemplar cinco unidades de ensino infantil: na Rua 18 da Vila Telebrasil; na Quadra 109 do Recanto das Emas; na Quadra 23 de Planaltina; na Quadra 109 do Recanto das Emas; na EQ 1/2 do Gama; e na EQNP8/12 de Ceilândia. Somadas, elas vão oferecer mais de 900 vagas para crianças de zero a cinco anos de idade.

COFRES LOCAIS

Além dos recursos do FNDE, o GDF vai destinar mais R\$ 25,5 milhões em contrapartidas para a construção das 15 creches. O valor vai financiar obras de acessibilidade no entorno das escolas, além da compra do mobiliário.

De acordo com o projeto arquitetônico, cada unidade terá espaços definidos para funções administrativas, outro de serviços e multiuso, além dos núcleos pedagógicos. Também está previsto um pátio coberto, área externa para playground, torre de água e estacionamento.

PROJETO ARQUITETÔNICO

No bloco administrativo ficam secretaria da escola, sala dos professores, diretoria, almoxarifado e sanitários masculino e feminino para adultos. No bloco de serviços, rouparia, lavanderia, copa para funcionários, depósito de material de limpeza, vestiários masculino e feminino, despensa, cozinha, bufê e lactário.

O bloco da creche, para crianças com até três anos de idade, terá fraldário, sanitário e áreas de atividades, repouso, alimentação e solário. Já o bloco da pré-escola, para crianças de

quatro e cinco anos, terá espaço de atividades, repouso e solário.

A complementação dos espaços para esses estudantes está no bloco multiuso, que terá sala, sanitários para meninos e meninas, sanitários para adultos e para pessoas com deficiências, sala de informática e telefone.

CONFIRA O ENDEREÇO COM PREVISÃO DE ENTREGA DAS 15 NOVAS CRECHES:

Obras com entrega estimada para o primeiro semestre de 2020:

CEPI – Vila Telebrasil
CEPI – Planaltina Q 23
CEPI – Recanto das Emas Q 109
CEPI – Gama EQ 1/2
CEPI – Ceilândia EQNP 8/12

Obras com entrega estimada para o segundo semestre de 2020:

CEPI – Gama DVO
CEPI – Guarã EQ 17/19
CEPI – Santa Maria Q 201
CEPI – Samambaia Q 217
CEPI – Recanto das Emas Q 112

Obras com entrega estimada para primeiro semestre de 2021:

CEPI – Ceilândia QNP 11
CEPI – Santa Maria EQ 215/315
CEPI – Taguatinga QNJ
CEPI – Taguatinga EQNL 9/11
CEPI – Ceilândia QNO 18



Gestão Pública Inovadora

Se você quer transformar a realidade do setor público, se você quer deixar um país melhor para as gerações futuras, se você quer exercer sua cidadania contribuindo para a solução de problemas no governo, se você quer se engajar e se comprometer em ofertar serviços públicos e políticas públicas de qualidade, este livro é para você.

Antonio Isidro, professor da Universidade de Brasília e especialista em pessoas e inovação, acredita que as organizações públicas devem ser ecossistemas de inovação aberta e colaborativa para que as empresas privadas, as organizações de terceiro setor, os representantes da sociedade e os cidadãos interajam continuamente com servidores e gestores públicos na busca por soluções viáveis para problemas complexos.

Antonio Isidro vai motivar você a ser um (a) inovador (a), um (a) agente de mudança capaz de contribuir para a inovação no setor público municipal, estadual e federal. Para ele, a gestão pública inovadora se faz com pessoas comprometidas, qualificadas e motivadas, atuando de forma proativa e fundamentada em melhores práticas, ferramentas e conhecimentos científicos aplicados.

DESFRUTE DA INOVAÇÃO COMO O NOVO PARADIGMA DE GESTÃO PÚBLICA E DE GOVERNANÇA COLABORATIVA NO SÉCULO XXI.

A excelência na administração pública gera impacto positivo na vida das pessoas, ofertando serviços de qualidade e políticas públicas inclusivas. Para isso, inovar pressupõe que as políticas públicas, os processos organizacionais e os serviços públicos serão continuamente melhores, gerando mais valor e mais confiança no Estado. Sem inovação, o setor público frustrará a todos. Com o intuito de fortalecer as capacidades organizacionais e institucionais do poder público, Gestão Pública Inovadora oferece meios para que você possa nutrir a inovação em todas as suas formas de expressão no setor público.



ESTE LIVRO DESTINA-SE A:

- Servidores e gestores públicos;
- Pesquisadores, consultores e profissionais de inovação;
- Professores e estudantes de cursos de graduação e pós-graduação em Administração Pública, Gestão Pública, Gestão de Políticas Públicas, Administração e demais áreas de conhecimento correlatas ao setor público.



Os gritos e os fatos

Durante uma entrevista dada a BBC, há mais de 60 anos, o filósofo Bertrand Russell deixou o seguinte conselho intelectual para as gerações vindouras: “Quando você está estudando um assunto ou considerando alguma filosofia, pergunte a si mesmo somente: quais são os fatos? E qual é a verdade que os fatos revelam? Nunca se deixe divergir pelo que você gostaria de acreditar ou pelo que você acha que traria benefícios às crenças sociais se fosse acreditado. Olhe somente e apenas quais são os fatos”.

Escrevo na tentativa de responder e desvendar essas duas perguntas: quais os fatos e quais as verdades que eles revelam? Quando retiramos os gritos e as paixões que cercam a decisão do STF, temos o seguinte fato: a prisão em segunda instância foi julgada inconstitucional pelo tribunal que tem como função zelar pela constitucionalidade das leis. Contudo, quando percebemos que o tribunal já havia julgado o mesmo tema de forma diferente em outras ocasiões, evidencia-se as nuances e complexidades da decisão.

Se a prisão em segunda instância é uma prática inconstitucional, o tribunal cumpriu a sua função. As reações passionais à decisão do STF se concentram exclusivamente no ponto de que ela permite o pedido de liberdade do ex-presidente Lula, que, por ser uma liderança carismática, desperta reações quase que exclusivamente baseadas na emoção: ou é herói ou é vilão.

Da mesma forma, esta visão apaixonada e polarizada enxerga os magistrados do STF ou como bandidos que abriram as portas para a criminalidade, ou como heróis que finalmente cessaram a continuidade de uma injusta prisão. Essas duas posições seduzem porque são simplificadoras ao extremo, dão respostas absolutas trabalhando em cenários binários de conflitos do bem contra o mal, do herói contra o vilão. Não são posições que se atém à verdade dos fatos, mas as suas emotivas e enviesadas interpretações.

Sobre as variações nos resultados das votações anteriores do mesmo tema pelo STF a questão está em tentar desvendar as razões que justificam a mudança de posição dos ministros. Mudança de entendimento da questão? Pressões sociais? Pressões políticas? Mudança no cenário político do país? Sabe-se que as votações anteriores foram feitas em momentos políticos tensos e decisivos para os rumos políticos para o país. Pode-se especular sobre essas razões, mas elas não são corroboradas pelos votos e pelas falas públicas dos ministros. Os ministros não estão imunes às pressões e influências da realidade que os cerca, como aliás não são imunes os membros da força tarefa da operação Lava-Jato. A maior crítica feita a operação não está nos seus resultados, mas nos meios de atingi-los que teriam sido marcados muito mais pelos valores e ambições individuais que pela objetividade e neutralidade que devem pautar a Justiça.

Quais seriam as consequências políticas da possível libertação do presidente Lula, que aguardaria em liberdade o julgamento das instâncias superiores?

Em primeiro lugar é preciso considerar que Lula nunca deixou de ser um ator político importante e de ser decisivo na última eleição mesmo estando preso. A eleição de 2018 foi marcada pela polarização entre os apoiadores do presidente e o voto anti-PT, principal vetor da vitória do candidato Bolsonaro. A sua liberdade traria mais combustível

para a polarização já existente. Significaria também uma dificuldade extra para o centro político que tenta se viabilizar como alternativa a agressiva polarização. E pode trazer ganhos políticos para o atual presidente, já que o medo da volta à política de Lula o fortalece como líder do movimento anti-PT.

Maurício Fronzaglia é pesquisador do Centro Mackenzie de Liberdade Econômica e especialista em política internacional



“ Se a prisão em segunda instância é uma prática inconstitucional, o tribunal cumpriu a sua função”

Buscando a excelência na



administração pública



IBAP

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PARCERIAS INSTITUCIONAIS



IASIA
International Association of Schools
and Institutes of Administration



DPADM/ONU
Divisão de Administração Pública e Gestão
do Desenvolvimento das Nações Unidas



IBADE

INSTITUTO BRASILEIRO DE APOIO
E DESENVOLVIMENTO EXECUTIVO

CONFIANÇA
SEGURANÇA
EXPERIÊNCIA

*Mais de **400** concursos
públicos e processos
seletivos realizados pelo
Presidente por todo Brasil*



www.IBADE.org.br

CONSA
CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS
DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

